

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO**

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUAS  
PRÁTICAS SOCIAIS E POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS**

BAURU

2022

# **ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUAS PRÁTICAS SOCIAIS E POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS**

Monografia de PIBIV, vinculada ao Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária, apresentada por Denilson Lucas Grassi à Coordenadoria Geral de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Sagrado Coração – UNISAGRADO - Bauru/SP.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBD

G769a	<p>Grassi, Denilson Lucas</p> <p>Arqueologia Pública no Brasil: reflexões sobre suas práticas sociais e possibilidades educacionais / Denilson Lucas Grassi. -- 2022. 54f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Arqueologia Pública. 2. Preservação. 3. Identidade cultural. 4. Educação Patrimonial. I. Feitosa, Lourdes Madalena Gazarini Conde. II. Título.</p>
-------	--

*Às eternas mulheres da minha vida, minha mãe, minha namorada e minha irmã, dedico essa conquista. Retirei de seus conselhos as forças necessárias para que eu pudesse caminhar esse longo trajeto.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a minha família pelo apoio fundamental para que eu pudesse seguir em frente com a pesquisa. Em especial à minha mãe, quem me socorreu durante noites sem dormir e cheias de incertezas.

Agradeço à minha namorada pela compreensão, pelo carinho e pelos conselhos desde o começo da minha jornada. Seus incentivos foram necessários para que eu não abaixasse a cabeça diante das dificuldades que surgiram durante todo esse período.

Agradeço à minha orientadora e eterna inspiração profissional e pessoal Prof.<sup>a</sup> Dra. Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa, quem sempre me motivou a continuar meus estudos e proporcionou condições necessárias para que eu terminasse minha pesquisa. A sua sensibilidade e compreensão para as dificuldades que eu enfrentava durante minha jornada foram pilares para a finalização dessa pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa tratou das questões sociais da Arqueologia Pública no Brasil e seu papel na publicização do conhecimento arqueológico para a sociedade, precisamente após o fim do regime militar, em 1985. A discussão apresentou os aspectos teóricos e experiências metodológicas da subárea da Arqueologia, buscando enaltecer a importância da educação patrimonial, a preservação do patrimônio histórico e a atuação comunitária nos projetos arqueológicos. A metodologia é de caráter descritivo, qualitativo, baseado no levantamento bibliográfico de artigos científicos que investigaram as experiências e ferramentas sociais da prática arqueológica pública, cujas problemáticas se direcionaram para os desafios circundados pelas possibilidades educacionais e da Arqueologia Pública no contexto capitalista. Um dos focos da análise foi a Revista de Arqueologia Pública, da Universidade Estadual de Campinas. Foi feita uma seleção dos artigos mais recentes sobre o tema, publicados entre 2016 e 2020. O propósito da investigação concentrou-se em analisar as singulares e reivindicações das comunidades nas quais os arqueólogos interagem e as atividades de ação educativa realizadas na recuperação das memórias locais, no fortalecimento das identidades e na preservação e conservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela importância em ampliar os estudos sobre os aspectos sociais da Arqueologia Pública.

**Palavras-chave:** Arqueologia Pública, preservação, identidade cultural, educação patrimonial.

## **ABSTRACT**

The present research dealt with the social issues of Public Archeology in Brazil and its role in publicizing knowledge to society, precisely after the military regime, in 1985. The discussion presented the theoretical aspects and methodological experiences of the subarea of Archeology, seeking to praise the importance of heritage education, the preservation of historical heritage and community action in archaeological projects. The methodology is descriptive, qualitative, based on the bibliographic survey of scientific articles that investigate how experiences and tools of public archaeological practice, whose problems are directed to the social challenges surrounded by educational possibilities and Public Archeology in the capitalist context. One of the focus of analysis was the *Revista de Arqueologia Pública*, from the State University of Campinas. A selection was made of the most recent articles on the selection of themes, published between 2016 and 2020. The purpose of research in memory of the singular and study of communities in which archaeologists interact and as educational activities carried out in the recovery of places, in the strengthening of identities and the preservation and conservation of cultural heritage. In this sense, the research is justified by the importance of expanding studies on the social aspects of Public Archaeology.

**Keywords:** Public Archeology, preservation, cultural identity, heritage education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2. MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>12</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>13</b>
3.1 A Arqueologia Pública no contexto mundial .....	13
3.2 O contexto histórico da Arqueologia Pública no Brasil .....	21
3.3 O patrimônio cultural: uma discussão necessária .....	29
3.4 A legislação para a gestão do patrimônio cultural .....	32
3.5 As experiências da arqueologia pública no Brasil e suas interações sociais e educacionais .....	34
3.6 Educação patrimonial no Brasil e seus desafios.....	43
3.7 Os desafios da arqueologia pública no paradigma capitalista.....	48
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
REFERÊNCIAS.....	52



## 1. INTRODUÇÃO

A Arqueologia, durante seu percurso histórico, por muito tempo organizou o saber segundo um enfoque nacionalista e elitista, reservado para a institucionalização das peças arqueológicas a favor da história dos Estados nacionais. A partir da década de 1950, com mais força durante os anos 1970, a investigação arqueológica assumiu perspectivas mais críticas a partir de movimentos filosóficos que abarcaram discussões de natureza social e política. O dogma processualista da objetividade científica, até então aplicado ao trabalho arqueológico, se estruturava de modo a olhar para sociedades do passado com o intento de manter o *status quo* e interesses de atuais grupos detentores de poder.

O discurso da Arqueologia começou a mudar quando as concepções da práxis científica se reconfiguraram diante do novo compromisso político, ético e social que se constitui no campo arqueológico e de seu interesse pela história de diferentes grupos sociais, influenciado pelo processo de descolonização da África, Ásia e Oceania ocorrido a partir da década de 1950. Nesse contexto também ocorre o expansionismo industrial em várias partes do mundo e a acelerada destruição do patrimônio cultural a favor dos empreendimentos econômicos. Configura-se uma disputa entre os indivíduos interessados nos lucros econômicos e aqueles que pleiteavam a proteção dos sítios históricos e pré-históricos, a preservação e a conservação do patrimônio.

Até metade do século XX, a constituição da vertente pública da arqueologia esteve centrada na figura do Estado e no intuito de desenvolver esforços legislativos para a gestão pública de proteção do patrimônio cultural. No campo acadêmico, as preocupações com a inclusão do público aconteciam antes da denominação tipológica da Arqueologia Pública, em 1970, visto que os arqueólogos percebiam o distanciamento do público no discurso da Arqueologia e elaboravam projetos latentes para alcançar os indivíduos (TAUHYL, s.d).

O estudo da construção histórica de como foi se configurando o arcabouço teórico da Arqueologia Pública e de como ela se tornou um movimento global, nos serve para articular as problemáticas atuais com as reivindicações pretéritas que foram sendo elaborados durante as mudanças sociopolíticas e na esfera científica. O arqueólogo estadunidense John H. Jameson (2004) foi um dos primeiros a delinear o enquadramento histórico das legislações envolvendo o patrimônio cultural para o avanço da gestão pública e a necessidade de produção de padrões institucionais profissionais para atender a responsabilidade ética do trabalho do arqueólogo com o público.

No Brasil, o resgate histórico da construção da comunidade arqueológica e a necessidade de transparência do resultado das pesquisas arqueológicas com o público foi investigado por estudiosos como Tatiana Costa Fernandes e Carlas Gilbertoni Carneiro. Segundo essas autoras, a construção da Arqueologia Pública no Brasil se deu pela maneira como os sítios arqueológicos foram negligenciados pelo Estado com a ausência de políticas de proteção patrimonial. Apesar disso, o campo acadêmico atuou na formação de arqueólogos brasileiros e de uma comunidade arqueológica profissionalizada, engajada na ampliação de suas fronteiras de atuação para além da academia, chegando aos museus e em ações educativas (CARNEIRO, 2009; FERNANDES, 2007).

O arqueólogo e historiador Pedro Paulo Funari destaca a importância da produção teórica e da prática de arqueólogos latino-americanos na crítica a visões elitistas a respeito da importância dos valores sociais e históricos dos grupos indígenas para os países da América. Por certo, suas observações orientam a análise da presente pesquisa em um exercício de reflexão crítica à valorização do contexto capitalista como processo inexorável da humanidade, à valorização de vestígios arqueológicos das elites e às suas percepções e valores e à restrição do saber ao universo acadêmico. Há, então, a produção de reflexões sobre os entraves na publicização da Arqueologia para além das restrições acadêmicas, culminando em estratégias para transcender suas fronteiras. Destaca Funari que no fomento de práticas atuais e de ações comunitárias, os arqueólogos brasileiros trabalham com diferentes públicos leigos e investigam o seu lugar no espaço social, os seus conflitos com o capital e os possíveis modos de intervenção nessas comunidades para a reconstrução das identidades e sentimento de pertença dos indivíduos nas comunidades em que vivem (FUNARI, 2002; FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008; FUNARI *et al.*, 2008).

Para conhecermos a multiplicidade de realidades que rodeia o trabalho arqueológico, compreende-se que o reconhecimento do caráter público do patrimônio arqueológico é um fator indispensável quando se pensa em Arqueologia Pública e seu diálogo comunitário. Os bens patrimoniais, por serem historicamente construídos pelos indivíduos, conferem à sociedade o marco cultural que fortalece os vínculos de identidade comunitária. Como pondera Maria Clara Migliacio, o significado da informação arqueológica parte do princípio de que os artefatos, sítios históricos ou pré-históricos e objetos, são recipientes do registro do passado, assegurando-se a confecção do significado ao próprio patrimônio, sendo considerada como bem público da coletividade (2002, p. 64).

A respeito da educação patrimonial, incrementada como atividade crucial dos projetos arqueológicos públicos, é necessário conceituá-la e analisar os seus impactos e desafios como

possibilidade educacional. Os artigos *Arqueologia e educação patrimonial: diálogos sobre memórias e representações dos indígenas pelos estudantes de inhapi-al a partir da intervenção educacional arqueológica* e o *Guia Básico da Educação Patrimonial* delineiam a ação da educação patrimonial como uma série de métodos da pesquisa-ação para estabelecer uma relação horizontal entre *arqueólogo-público*. O seu objetivo é a produção de novas reflexões a partir de planejamentos sistemáticos com o intuito de divulgá-las ao público (2017, p. 59, 1999).

Apesar da importância da práxis educativa relativas à educação patrimonial, a ausência de um campo teórico-reflexivo da educação patrimonial é um dos dilemas enfrentados na esfera epistemológica. Como lembra Simone Scifoni (2017), os marcos legais recentes do IPHAN para as ações de educação patrimonial minimizam, em certo ponto, as adulterações dos relatórios pelo simples cumprimento burocrático desses programas. Na práxis pedagógica, a oferta mecânica de conceitos mina as possibilidades de entendimento da realidade dos sujeitos que estão envolvidos. Para a superação da intervenção puramente teórica, os profissionais devem partir da realidade e da experiência prática dos sujeitos, resgatando seus conhecimentos *a priori* para a construção do conhecimento.

A profundidade do conteúdo produz novas questões para as ações instrutivas permeadas pelas abordagens arqueológicas, incluindo os desafios pela carência de diálogos intensos com as comunidades e intensificação de técnicas inovadoras que ultrapassem as fronteiras dos discursos mecanicistas. As reflexões proporcionadas pela educação patrimonial inferem na criticidade e na aproximação com os bens patrimoniais, situando a cidadania e o indivíduo enquanto agente ativo das transformações de seu ambiente e a sua compreensão histórica das relações políticas, econômicas e sociais.

O problema central da pesquisa desponta no estudo das questões sociais propostas pela Arqueologia Pública e na necessidade e urgência em trazer para discussão os tipos de memórias construídas a partir dos vestígios materiais. Discute-se o quanto elas representam, ou não, os interesses dos diversos grupos sociais e a importância da educação patrimonial para a percepção de uma sociedade mais heterogênea e complexa. A indagação, a partir desse contexto, seria: Quais desafios e impactos a burocracia e o capitalismo causam nas pesquisas preventivas e em sua ação instrutiva? Como utilizar dos processos educacionais para envolver grupos populares no fortalecimento de sua criticidade, na afirmação de sua cidadania e em sua responsabilidade na preservação das heranças culturais nas quais se inserem?

De certo modo, as reflexões dessas problemáticas partem da relação do compartilhamento dos valores culturais pela interação do arqueólogo com os grupos sociais. Constata-se, então, que a análise ocorre pela importância dos estudos sobre a Arqueologia

Pública e como suas ferramentas sociais podem impactar a sociedade, movimentadas, ainda, pelo desenvolvimento das pesquisas preventivas, sua problemática no contexto capitalista e as possibilidades educacionais.

Assim considerado, o objetivo geral desta pesquisa foi o de refletir sobre a importância dos estudos da Arqueologia Pública, a contribuição de arqueólogos latino-americanos para a reformulação do arcabouço teórico/conceitual da disciplina, e como o seu desenvolvimento impacta em pesquisas que valorizam as sociedades em seus contextos específicos e no conhecimento sobre as suas diversidades sociais e culturais.

Os objetivos específicos foram: (1) Discutir a importância da Arqueologia Pública brasileira para o reconhecimento do patrimônio cultural de grupos sociais pouco estudados; (2) Analisar a interface entre Arqueologia Pública e o seu papel educativo; (3) Destacar a importância da conservação e o estudo das memórias sociais desses diferentes grupos sociais. (4) Definir alguns dos desafios recentes para a Arqueologia Pública, em particular em relação à Arqueologia de Contrato e ao cenário capitalista de destruição do patrimônio arqueológico, e as possibilidades educacionais em meio aos empreendimentos econômicos; (5) Analisar as complexas relações entre o público e o patrimônio cultural e discutir a diversidade de abordagens que envolvem as questões do espaço público e a preservação e conservação do patrimônio cultural e, por fim, (6) Destacar e dar importância aos aportes legais do Estado referentes à necessidade de preservação e como as discussões recentes têm contribuído para o fortalecimento de comunidades antes não pesquisadas, de seus vínculos de identidade e de seus repertórios culturais.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia utilizada neste estudo é de caráter qualitativo, descritivo e se utiliza da pesquisa bibliográfica, como livros, monografias e artigos científicos publicados em periódicos representativos da área. Um dos focos da análise está na Revista de Arqueologia Pública, da Universidade Estadual de Campinas. Os artigos apresentam resultados significativos de estudos de casos com comunidades populares que servirão de análise para a compreensão da multivocalidade nas ações de socialização do patrimônio cultural no âmbito dos projetos preventivos, das possibilidades educativas e dos impactos sociais produzidos.

A Revista Arqueologia Pública apresenta discussões recentes das problemáticas relacionadas à gestão do patrimônio e do uso de metodologias inovadoras no trato do campo

social. Foi feita uma seleção dos artigos mais recentes sobre o tema, publicados entre 2016 e 2020.

É importante salientar que a pesquisa foi dividida em cinco sessões principais para traduzir com clareza os elementos que estão sendo delineados. Em primeiro lugar, apresenta-se o conceito de Arqueologia Pública formulado nos Estados Unidos e a reformulação teórica da disciplina a partir da contribuição de arqueólogos da América Latina. Em segundo, a pesquisa se concentra nas relações entre o público e o patrimônio cultural e em como se constrói o sentimento de pertencimento a partir do repertório cultural, bem como as reivindicações e interpretações singulares da diversidade de públicos com seus suportes de identidade e memória. No terceiro momento, o panorama analítico do trabalho se direciona para as experiências dos arqueólogos latino-americanos com a diversidade de públicos leigos, considerando a variedade de fruição do passado, a importância da inclusão de grupos minoritários no reconhecimento de seu patrimônio, os impactos sociais e o papel educativo da arqueologia pública. No quarto, discute-se a educação patrimonial como instrumento estratégico para a interface educativa da arqueologia pública e dos desafios enfrentados. Por fim, reflete-se sobre os desafios e entraves da burocracia e do capitalismo para os projetos preventivos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A Arqueologia Pública no contexto mundial**

A Arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por inúmeras modificações em suas definições e estudos, coincidindo com a expansão das subdisciplinas e subáreas que deram espaço a novos tipos de interpretações, encaminhando a ciência em uma empreitada crítica para investigar temas até então pouco requisitados. As abordagens tradicionais, que tinham como propósito escavar e disponibilizar peças para que outras ciências analisassem, tiveram forte influência neocolonial e o seu interesse em preservar objetos relacionados aos grupos dominantes. Decorrente do sentimento nacionalista despontado no final do século XIX, o arcabouço conceitual das abordagens arqueológicas convergia com o desenvolvimento industrial da sociedade europeia ao vincular os vestígios materiais às identidades étnicas e às origens das histórias nacionais (CARNEIRO, 2009). O enfoque histórico-cultural advindo da agenda política do neocolonialismo influenciou os ideais de valorização da cultura material

inerentes aos Estados nacionais. Foi nesse contexto que surgiram as associações do patrimônio como suporte de identidade histórica e cultural da aristocracia e dos grupos elitistas.

Esse enquadramento no trato dos vestígios materiais constituiu a Ciência Arqueológica ao longo do século XIX e parte do XX, organizada no contexto do nacionalismo e imperialismo. A Arqueologia institucionalizada, considerada inevitável para a centralidade do discurso imperialista, durante muito tempo baseou-se no culto às elites, fomentando pesquisas a critério dos valores burgueses e capitalistas. Esta Arqueologia, denominada Processual, definiu-se desmembrada dos fatores sociais, políticos e culturais externos, imbricada exclusivamente com o campo epistemológico internalizado nos círculos acadêmicos e científicos.

Contudo, a ciência arqueológica desatrelou-se da historiografia processual e positivista ao longo do século XX, direcionando os interesses para as questões relacionadas aos diferentes grupos sociais e à diversidade de atuações e memórias construídas por demais grupos sociais. Os avanços dos estudos sobre a Arqueologia Pública na América Latina, durante as últimas três décadas, têm possibilitado a participação de arqueólogos desta região em relação a uma redefinição epistemológica da área e sua projeção em âmbito internacional, ampliando o modelo teórico da Arqueologia Pública formulado, a princípio, por arqueólogos dos Estados Unidos e exportado para o continente americano (FUNARI, 2007, p. 55).

A corrente teórica do pós-processualismo instaurou o debate crítico e inseriu a participação da sociedade nas pesquisas como fruto de seu comprometimento ético e responsável. A partir dessa nova perspectiva, a atuação do público evidenciou as preocupações do movimento pós-processual da Arqueologia em coletivizar as informações para o público leigo na sensibilização da gestão da herança cultura (SOUZA, 2017).

O termo Arqueologia Pública surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos da América na década de 1970, no livro *Public Archeology*, de Charles McGimsey III. Associado às emergentes questões públicas estadunidenses, McGimsey III flexibilizou os aspectos de gestão do patrimônio cultural para o âmbito público, distinguindo-o da teia epistemológica verticalizada dos fazeres da Arqueologia institucional (SOUZA; SILVA, 2017).

O campo voltado para a transmissão pública da Arqueologia já existia muito antes dos estudos relacionados ao arcabouço específico da vertente pública. No início, os arqueólogos que começaram a publicizar esses conhecimentos foram os que estavam situados nas universidades; os que se ocupavam dos museus e de exposições e alguns que dirigiam os escritos para o público. A construção de uma consciência coletiva a respeito das ações antrópicas no ambiente e da rápida destruição da base de recursos arqueológicos, no início dos anos 1970, fez com que os arqueólogos se empenhassem na abertura de uma terceira via no

interior da arqueologia, um público intermediário entre os relatórios arqueológicos destinados estritamente ao setor acadêmico e ao público em geral: a agência financiadora da pesquisa. Esse tipo de gestão de recursos culturais moldou as lógicas das pesquisas arcaicas, nas quais os povos de regiões não industrializadas eram considerados em “processo” ou atrasados (MCGYMSEI III, 2003).

Em consequência do aumento do uso de maquinaria pesada e da expansão populacional desde a Segunda Guerra Mundial, o escopo dos relatórios da gestão de recursos arqueológicos começou a se expandir devido às legislações subjacentes que asseguraram que o público se apropriasse das informações arqueológicas. Cabe ressaltar que a expansão da infraestrutura estadunidense nas décadas de 1940 e 1950 já tinha acirrado o interesse da comunidade arqueológica americana nas questões relacionadas às legislações voltadas para os programas de salvamento (CARNEIRO, 2009).

No campo legal, o *Antiquities Act* (Lei de Antiguidades), de 1906, representou um marco na proibição e restrição na destruição de qualquer objeto arqueológico em terras do Estado, reconhecendo a importância da preservação nacional dos recursos arqueológicos. Em uma definição mais abrangente dessa lei:

A lei prevê multas e prisão para investigações não autorizadas de propriedades históricas em terras de propriedade ou controladas pelo governo federal. Ele prevê a estebelecimento, por proclamação presidencial, de monumentos nacionais para estruturas ou objetos de interesse histórico, pré-histórico ou científico que sejam localizado em propriedade do governo e estabelece um mecanismo para a emissão de licenças para entidades científicas, organizações para conduzir investigações, desde que os resultados são preservados permanentemente em um musei público (MCGYMSEI III; DAVIS, 1978, p. 15).

A promulgação da lei estabeleceu um marco legal de preservação dos recursos arqueológicos em terras públicas, bem como a política nacional de proteção do patrimônio arqueológico sob a ótica do patrimônio como impressão histórica em benefício do povo dos EUA.

Na década de 1930, a Grande Depressão fez com que o presidente Franklin Delano Roosevelt iniciasse um programa de governo intitulado de “*New Deal for Americans*”, que consistiu em uma série de projetos que objetivou a inserção rápida de uma extensa mão de obra na economia, então afetada pela queda da bolsa de valores de Nova York. Nesse sentido, visto que o processo laborioso de escavação da arqueologia necessitava de mão de obra, a administração pública inseriu grande contingente de pessoas para trabalhar em projetos de escavação em todo o país (JAMESON, 2004).

A mão de obra intensa nos processos laboriosos da arqueologia e o progressivo interesse do público nos assuntos envolvendo os sítios históricos gestaram o *The Historic Sites Act* (Lei de Sítios Históricos), de 1935, que previa a preservação de locais e elementos pretéritos de importância nacional. Essa legislação permitiu que o *Department of the Interior* (O departamento do interior), através do *National Park Service* (Serviço Nacional de Parques), fosse encarregado de mobilizar estudos nas mediações dos sítios arqueológicos, bem como reger sobre a proteção das informações, restaurar e preservar os sítios históricos ou pré-históricos. Decerto, a autorização para o *Department of the Interior* desenvolver programas educacionais voltados para a publicização das informações arqueológicas gestou os primeiros passos de uma arqueologia pública ainda tímida no imaginário popular americano (JAMESON, 2004).

O *Cultural Resource Management* (CRM), entendido como a “indústria” detentora das informações da atividade histórica humana e condutora do manejo dos recursos no contexto das pesquisas arqueológicas de salvamento, implicou na criação de instituições arqueológicas no intuito de cumprir as novas leis federais, como o Ato de Preservação Histórica Nacional de 1966 (NHPA) e a Lei de Política Ambiental Nacional de 1969 (NEPA), ambas com o propósito de intervir nas pesquisas realizadas em propriedades históricas que poderiam sofrer algum impacto (COLWELL, 2016).

A ampla proteção proporcionada pelas leis subsequentes à *Antiquities Acts*, especialmente as descritas anteriormente, estavam direcionadas à abertura de financiamentos para pesquisas arqueológicas e para abrandar os danos ao meio ambiente (FERNANDES, 2007). A prática de mitigar danos provocados ao patrimônio considerado representativo da identidade nacional serviu de base para os arqueólogos americanos se atentarem com as questões éticas específicas para a condução das informações arqueológicas na transposição das fronteiras acadêmicas.

As legislações que marcaram ainda mais a ótica preservacionista dos recursos arqueológicos foram a *Archaeological Resources Protection Act* (ARPA), de 1979, e a *Native American Graves Protection and Repatriation Act* (NAGPRA). O ARPA definia maior proteção ao patrimônio arqueológico localizado em terras públicas e indígenas, bem como instituiu penalidades criminais sobre a violação da Lei de Liberdade de Informação referente aos sítios arqueológicos. Do mesmo modo, em 1990 o NAGPRA concedeu às tribos nativas reconhecidas pelo governo federal a repatriação de itens arqueológicos inventariados nos museus (JAMESON, 2004).



Essas legislações aproximaram os grupos indígenas das questões públicas da arqueologia ao proteger os recursos arqueológicos desses territórios e devolver objetos apropriados de modo inadequados. As audiências e a inserção de políticas de gestão pública se ampliaram, tornando os arqueólogos e a administração pública mais atentos à multivocalidade e ao usufruto coletivo do patrimônio arqueológico.

A década de 1970 foi marcada pela intensificação dos relatórios de pesquisas arqueológicas e pela realização de muitos projetos da CRM. Além de abordar a necessidade de um código de ética para o profissional de arqueologia, até então não bem definido:

[...] umas das principais questões abordadas foi a necessidade do estabelecimento de padrões escritos e um código de ética para arqueólogos profissionais tanto no setores públicos quanto nos setores privados. Isto foi realizado com algum sucesso com a criação de a Sociedade de Arqueólogos Profissionais (SOPA) em 1976. A SOPA funcionou como uma sociedade de membros independente de outras sociedades profissionais. Para se qualificar para a adesão da SOPA, os candidatos tinham que demonstrar escolaridade mínima e supervisão de pesquisa (campo e laboratório), e concordar em cumprir um Código de Ética e Padrões de Desempenho em Pesquisa. A SOPA também desenvolveu padrões institucionais (padrões mínimos para instalações de escritório, alocações de espaço, bibliotecas de pesquisa, sistemas de segurança etc.) e escolas de campo arqueológico (JAMESON, 2004, p. 38).

A promulgação do Código de Ética e a profissionalização dos arqueólogos na década de 1980 convergiram com uma arqueologia preocupada com os processos sociopolíticos. A estrutura sistemática da SOPA emergiu da responsabilidade social e profissional dos arqueólogos com o público e na reformulação de uma metodologia que visasse a execução de pesquisas de campo e a divulgação de seus resultados para o público.

Em relação à mudança da ênfase teórica antes da década de 1960, não só houve uma adequação para com a significância do entendimento ao público leigo, mas também se rompeu a dicotomia hierárquica entre elaboradores e os profissionais doutores, permitindo a possibilidade de gestão dos projetos de pesquisa por qualquer profissional (MCGYMSEI III, 2003).

Ao passo das constantes implementações no âmbito da pesquisa, o avanço das legislações para o patrimônio foi associado com os métodos de desenvolvimento da *Cultural Resources Management* (CRM), em contraste com as discussões sobre as questões das pesquisas arqueológicas de alta escala difundida nos círculos acadêmicos. Em virtude da emergência da cooptação pública a serviço da arqueologia nos EUA, a noção de “público” na arqueologia surgiu devido às reivindicações populares para que a administração pública legislasse sobre os sítios arqueológicos a fim de mitigar os danos. Apesar de em primeiro momento haver contingência na implicação de uma grande quantidade de envolvimento do público no trabalho

da arqueologia, a sua crescente profissionalização encarregou o Estado e seus agentes de estatuir doutrinas sobre o discurso antológico do público em geral (MERRIMAN, 2004). Sob tais condições, os cidadãos foram beneficiados indiretamente por meio de um item denominado “interesse público”, o qual incidiu uma multivalência de interpretações e discursos em defesa do patrimônio arqueológico.

Essas implicações do interesse público estiveram envolvidas desde o princípio ao modelo deficitário dos diversos agentes sociais. Em uma análise aprofundada sobre o motivo de a arqueologia profissional ter despertado o seu interesse em aproximar o conhecimento científico da população está o seu objetivo instrutivo e político relacionado à formação de cidadãos produtivos nos postos de trabalho e capazes de se comunicarem com a cultura cada vez mais conectada à ciência. Merriman (2004) entende o papel da arqueologia pública em transmitir a confiança no trabalho profissional dos arqueólogos para a população, concebendo o conhecimento científico como negociador das indagações possíveis das singularidades de consciências existentes.

Após a realização do *World Archaeological Congress* (WAC), em 1986, houve a intensificação da discussão entre profissionais de outras áreas acadêmicas e com grupos tradicionais. O composto de agentes nesse congresso fomentou as discussões inerentes às questões públicas e políticas da arqueologia. Sobre as discussões dos direcionamentos teóricos, as ações educacionais foram associadas ao sistema formal de ensino, visando a aproximação dos públicos engendrados nas instituições educacionais na apresentação das informações arqueológicas (CARNEIRO, 2009).

Apesar dos avanços significativos nos processos dialógicos com outros públicos, em um primeiro momento, o propósito da construção da comunicação entre ciência e população esteve mais voltado à preocupação da administração dos recursos arqueológicos e seus registros, à construção de uma sociedade com perfil de mão de obra produtiva enredada pelo contexto tecnocientífico e, por fim, à formação de cidadãos politicamente ativos nas decisões democráticas permeadas ao mesmo tempo pela ciência. Pelo que parece, o significado público surgiu com menos preocupação nas questões dos povos marginalizados, da cultura escolar e dos povos indígenas. Além disso, as transmissões com maior intensidade com o intento de imbuir os indivíduos de valores da identidade e memória dos Estados Nacionais, que vão sendo ameaçados conforme o patrimônio vai sofrendo deteriorações através do progresso das ações antrópicas.

O desenvolvimento do sentido de “retorno ao público” esteve envolvido com o contexto da noção de cidadão ativo na sociedade americana. Segundo esse processo social, o indivíduo

é doravante um cidadão político que expressa sua ação sociopolítica por meio da participação autônoma nos processos decisórios (MERRIMAN, 2004). A coexistência da construção da identidade incorporada à noção de cidadão ativo é componente elementar na transposição da arqueologia para a cultura pública. Portanto, o campo de estudo da arqueologia pública inextricavelmente vinculada às dissonâncias e negociações da cultura pública é definido pela dimensão ética e de identidade, ao mesmo tempo em que lida com conflitos que emergem do processo de significados dos recursos arqueológicos no domínio público.

A definição da arqueologia pública não residiu apenas no contexto norte americano de gestão dos recursos arqueológicos impulsionadas por McGymsei III. A arqueologia comunitária, como popularmente chamada no Reino Unido, ainda causa confusões e equívocos nas formas de abordagem da arqueologia pública no seu conceito mais amplo. O “comunitário”, segunda a perspectiva arqueológica, é território integrante de um escopo que abarca uma malha de subáreas que definem o sentido de público. A prática com a comunidade é uma atividade comumente destacada, porém o reducionismo na acepção determinante da participação somente através da prática com o público é a substância estimulante para a interpretação do imaginário social da configuração unilateral da disciplina, desconsiderando outros campos que formam a subárea da arqueologia pública (ALMANSA, 2018).

A identificação dessa variante é mais bem compreendida quando há o consenso que os marcos teóricos dependem do contexto de sua produção geográfica, temporal, dentre outros elementos. Ao se considerar que a variante da arqueologia comunitária no Reino Unido difere da experimentada na América do Norte, ou que as leis de exclusão da intervenção de arqueólogos não profissionais na Irlanda do Norte apresentam um quadro diferente da experimentada no Reino Unido, deve-se evitar a dicotomia de abordagens, pois são apenas segmentos que emergem do conceito mais amplo da arqueologia pública (THOMAS, 2017).

É importante ressaltar que a definição “comunitária” retorna aos dilemas encontrados no contexto de “para quem está sendo retornado esse conhecimento?”. O interesse do público subjacente é omitido em compasso dos aportes legais que estatua legislações sobre o patrimônio arqueológico como tecnologia dos círculos sociais mais poderosos. Essa definição de comunidade remete a homogeneidade de pessoas constituída em um espaço geográfico, sem considerar a multiplicidade de interesses desses indivíduos que estão segregados na agenda do Estado. Apesar da falta de uma historiografia crítica no início das primeiras publicações e de uma análise do contexto de onde foram escritas, podemos perceber que o público destacado nas questões públicas da arqueologia sempre foi alvo de desafios para os profissionais engajados nesse campo. A conjectura do discurso do interesse público e da comunidade no enquadramento

da tecnologia de Estado é amplamente analisada e criticada mais recentemente com o intento de incorporar a multivalência de sentidos que a cultura popular deixa nos vestígios arqueológicos.

Esses territórios em que a arqueologia comunitária está embutida faz parte de alguns outros espaços antigos que já foram visitados pelos profissionais arqueólogos. Seguindo a divisão de Gabriel Moshenka (apud ALMANSA, 2018), proposto em um cartaz na UCL's *Institute of Archaeology*, há uma malha de territórios que fazem parte do escopo público da arqueologia, sendo eles: (1) arqueólogos trabalhando com o público, (2) arqueologia pelo público ou comumente chamada de arqueologia amadora, (3) arqueologia do setor público referente ao Estado e não às próprias pessoas, (4) educação arqueológica, (5) arqueologia aberta e (6) arqueologia pública acadêmica. Ainda, a partir das junções dessas vertentes na constituição tipológica da arqueologia pública, são cinco territórios que já foram explorados anteriormente que estão mais ligados à prática extensa do que à crítica dos estudos na disciplina, do contexto socioeconômico das sociedades e da sobreposição dos paradigmas políticos nos quais a ética profissional se insere (ALMANSA, 2018).

A arqueologia aberta, relacionada aos aspectos da comunicação da mídia acessíveis ao público, é um território que está começando a ser explorado com maior intensidade em décadas mais recentes. A divulgação do conhecimento científico através da internet, principalmente das redes sociais, ajuda a incluir muitos indivíduos que estão familiarizados com as ferramentas digitais. Não só isso, mas a integração dos nativos digitais em meio a divulgação científica pode significar um avanço nos estabelecimentos de pontes comunicativas entre profissionais arqueólogo e o público engajado com recursos audiovisuais, como documentários e filmes. Como parte do cotidiano, pode haver a hibridização na utilização de ferramentas digitais como hábitos elementares de entretenimento com o acesso ao conhecimento da antiguidade por meio das mídias digitais que apresentam maior envolvimento com um número crescente de consumidores dos meios de comunicação.

Em relação ao contexto global da arqueologia pública, pode-se dizer que as décadas de 1980 e 1990 representaram o apogeu nas discussões críticas sobre a opinião pública e a devolução do conhecimento arqueológico para seu usufruto coletivo. O processo de democratização das ideias foram elencando áreas de potenciais engajamentos do público, como a internet, bem como a constante inclusão de diálogos com os nativos americanos e no avanço de estudos de caso envolvendo grupos sociais marginalizados. Decorrente desse processo do desmembramento da área antes enraizada nas preocupações dos impactos dos sítios históricos, a nova vertente da arqueologia tornou-se um movimento global de integração do público no

conhecimento produzido pela arqueologia (COLWELL, 2016). Portanto, um movimento global não deixaria de ter seu espaço consagrado no território brasileiro o qual foi tomando corpo diante das preocupações com a destruição do patrimônio cultural e pelo crescimento do interesse da comunidade arqueológica em transcender as fronteiras restritas do espaço acadêmico para o público como compromisso ético.

### **3.2 O contexto histórico da Arqueologia Pública no Brasil**

A Arqueologia Pública, enquadrada na perspectiva das Ciências Sociais, assumiu nos últimos tempos a postura de uma ciência interdisciplinar ao se relacionar com a Antropologia e a História para compreender os conflitos sociais e as realidades sociopolíticas envolvendo os vestígios materiais (FERNANDES, 2007 apud HORA; PORTO, 2020-2021). Por certo, a necessidade do trabalho da Arqueologia com outras Ciências Sociais e Humanas fortaleceu a construção científica coletiva interiorizada no complexo de transformações produzidas por todos os atores sociais.

Os discursos arqueológicos na América Latina passaram por transição após a década de 1970. O engajamento narrativo se debruçou na cultura material pública e na proteção dos direitos de grupos étnicos relegados pela historiografia nacional, como é o caso dos indígenas. Conforme Funari (2002), arqueólogos latino-americanos têm procurado consolidar interação com as questões indígenas e sua multivocalidade, além de abrir espaço para outros movimentos e grupos manifestarem seus interesses no contexto das pesquisas arqueológicas.

Um das indagações nesse período de flexibilização das fronteiras acadêmicas da Arqueologia foi a respeito do *cui bono*, conforme Funari (2002, p.88) “quem se beneficia da prática arqueológica, do discurso arqueológico?”. Essa questão ética perdurou nos debates sobre o manejo e gestão do patrimônio cultural a partir da pluralidade de construções narrativas pretéritas desenvolvidas por vários interlocutores. Os arqueólogos latino-americanos introduziram em seu arcabouço teórico a responsabilidade ética de dar vozes aos nativos e agentes participantes da identidade histórica nacional e cultural.

Em território nacional, a pesquisa arqueológica acadêmica teve início durante o período democrático (1950-1964) pelos esforços do arqueólogo, memorialista, jornalista e professor universitário brasileiro Paulo Duarte. A Comissão de Pré-História, criada em 1952, consolidou alternativas para incrementos nas discussões em torno dos patrimônios históricos, ainda com a contribuição para promulgação da legislação da proteção dos sítios arqueológicos feita pelo Congresso Brasileiro em 1961 (FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008).

Em consonância com a crescente preocupação com a acelerada destruição dos sítios arqueológicos, José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná, pleiteou o reconhecimento da Arqueologia como disciplina acadêmica, a sólida formação de profissionais, a valorização de documentações arqueológicas e a proteção do espaço territorial de grupos indígenas. Ainda, as preocupações relacionadas ao aspecto educacional levaram à promoção do cinema educativo e à disseminação do conhecimento sobre o passado pré-colonial durante a reorganização do Museu Paranaense, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Seus esforços para a estruturação da Arqueologia como disciplina acadêmica foi preconizado desde 1953 no Primeiro Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras, frente à necessidade da investigação científica e especialização na laboração dos sítios arqueológicos. Além da solicitação desses interesses da profissionalização arqueológica, esses pontos também foram manifestados desde a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, responsável por campanhas de escavação e cursos de aperfeiçoamento para estudantes, em conjunto com pesquisadores estrangeiros (FERNANDES, 2007).

Ao observarmos a construção do campo acadêmico e o ambiente proliferador do ideário reformista das décadas de 1950 a 1970, outro intelectual surge junto a Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes, o antropólogo, arqueólogo e museólogo Luis de Castro Faria que apresenta discussões sobre valorização do patrimônio arqueológico, a pesquisa científica, a preservação e demandas sobre a atuação da gestão pública dos sítios arqueológicos pré-históricos. Conforme Barreto (1999-2000:40 apud FERNANDES, 2007), o Centro de Estudos Arqueológicos, fundado por Luiz de Castro Faria em 1935, fomentou a criação de outras instituições no âmbito das pesquisas arqueológicas, visto que apresentava uma estrutura de investigação científica única no país. Através das atuações incisivas desses agentes, ao longo das décadas de 1950 a 1970, progressivamente foram surgindo vínculo das pesquisas arqueológicas às universidades, conseqüentemente à implantação de mais centros de estudos orientados para a musealização da arqueologia e educação do patrimônio, em especial o processo desarticulador da anomia legislatória em torno do patrimônio (CARNEIRO, 2009).

A década de 1980 representou o apogeu das discussões emergentes sobre a abertura da Arqueologia para as questões públicas. A avaliação crítica da prática arqueológica pública passou a ser discutida nos fóruns de debates promovidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira e nos artigos articuladores da Arqueologia e Educação (FERNANDES, 2007). Conforme o autor pondera, a transmissão das informações arqueológicas nesse período além dos museus possibilitou o diálogo público e a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos suportes de identidade cultural e histórica.

Desse modo, após o fim do regime militar, em 1985, houve estímulos aos discursos como catalisador social, quando a intensificação das legislações envolvendo os bens patrimoniais possibilitou incluir na agenda da Arqueologia assuntos como: o patrimônio histórico, a educação patrimonial e a interação social por intermédio dos arqueólogos com as comunidades, procurando por ações educativas que possibilitassem a sociedade a participar ativamente na gestão dos suportes de identidade cultural:

a Arqueologia Pública é responsável pela divulgação e sensibilização dos públicos para essa área do conhecimento, através de atividades motivadoras que promovam a melhoria dos bens arqueológicos e da qualidade de vida, e de uma relação de comunicação e participação da população para assumir suas responsabilidades patrimoniais (como está exposto no Art. 5, item IV, da Portaria 0007/88). (SOUSA; SILVA, 2017, p. 82)

Através da publicização do conhecimento arqueológico pela Arqueologia Pública, pode-se alcançar o público que não está enredado com as questões da sua identidade. A memória social, compreendida em um grupo, não necessariamente abrange os componentes antológicos presentes na vida individual quando os vínculos de identidades estão fragilizados, visto que muitas vezes a pessoa não se percebe como cidadão ativo do seu entorno. Diante dessa constatação, é possível afirmar que as ações proporcionadas pela Arqueologia Pública elevam a autoestima e a valorização do indivíduo enquanto cidadão, fortalecendo seus vínculos de pertencimento em um grupo e a sua responsabilidade em preservar e conservar a cultura material a ele correspondente.

Em relação aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram elaborados com a advinda do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução 001/86. Essas diretrizes operam como mitigadores de danos ambientais direcionados aos processos de licenciamento de empreendimentos possivelmente danosos ao meio ambiente. No Brasil, o desenvolvimento dessas pesquisas preventivas está associado com o discurso da sustentabilidade socioambiental enquadrado no processo inexorável do capitalismo. (MIGLIACIO, 2002).

Conforme Carneiro (2009), após dez anos da Resolução CONAMA 001/86, o simpósio sobre *Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural* foi realizado pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. O intuito do encontro foi refletir sobre a política pública envolvendo o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. A avaliação assentou bases para uma modificação da práxis arqueológica no país, expandindo a noção da apresentação da Arqueologia para o público leigo.

A carta de Goiânia gestada pelas discussões na reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), realizada em 2001 no Rio de Janeiro, e pelo Simpósio A Arqueologia no Meio Empresarial, realizado em Goiânia, ambos atrelados a debates relacionados com a afirmação de condutas éticas para a Arqueologia e de questões legais voltadas ao licenciamento ambiental, encaminhou o Código de Ética da sociedade em 1997, no encontro do Rio de Janeiro. Para maior clareza dos direitos e deveres da sociedade arqueológica brasileira nesse período, o quadro apresentado por Fernandes (2007, p. 65) nos indica tais elementos.

**Quadro 1 – Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997) apresentado por Fernandes (2007, p. 65)**

<b>Direitos/ Deveres</b>	
<b>  1- SÃO DIREITOS DOS ARQUEÓLOGOS:</b>	<p>1.1 – O direito ao pleno exercício da pesquisa e acesso às fontes de dados, bem como à liberdade no que se refere à temática, à metodologia e ao objeto de investigação.</p> <p>1.2 – O direito de autoria sobre os projetos e resultados de suas pesquisas, mesmo quando executados a serviço de órgãos públicos ou privados.</p> <p>1.3 – O direito à proteção contra a utilização indevida de projetos e resultados de pesquisas, sem a necessária autorização ou citação.</p> <p>1.4 – O direito de se recusar a participar de trabalhos que contrariem seus princípios morais, éticos, religiosos ou científicos.</p>
<b>2 – SÃO COMPROMISSOS DOS ARQUEÓLOGOS:</b>	
<b>2.1 – Com seu objeto de estudo:</b>	<p>2.2.1 – Reconhecer como legítimos os direitos dos grupos étnicos investigados à herança cultural</p> <p>2.2.2 – Colocar o conhecimento produzido à disposição das comunidades locais, dos colegas e do público em geral.</p> <p>2.2.3 – Respeitar o interesse e os direitos das comunidades sobre o patrimônio arqueológico, atuando, sempre que possível, para a permanência dos acervos em seus locais de origem.</p>
<b>2.3 – Com os colegas de profissão:</b>	<p>2.3.1 – Dar os devidos créditos de autoria ao utilizar dados e/ou ideias de outros profissionais, quer publicados, quer transmitidos em confiança, como informação pessoal.</p> <p>2.3.2 – Não omitir informações relevantes para a produção do conhecimento científico.</p> <p>2.3.3 – Facilitar o acesso às coleções e respectiva documentação sob seus cuidados, ressalvados os interesses da própria pesquisa em andamento e os casos previstos anteriormente.</p> <p>2.3.4 – Não atingir, falsa ou maliciosamente, a reputação de outro arqueólogo.</p>



	2.3.5 – Notificar as violações a este código às autoridades competentes
--	---

Em 2015 foi aprovado o novo Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira cuja organização se manteve atento a três questões fundamentais:” [...] o respeito ao coletivo; o respeito à SAB e aos colegas de profissão; e o posicionamento contrário à mercantilização da cultura material arqueológica” (SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA CÓDIGO DE ÉTICA, 2015). O **Quadro 2** a seguir apresenta os três eixos estruturantes que devem ser seguidos pela comunidade arqueológica brasileira.

### **Quadro 2 – Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2015)**

<b>1. ARQUEÓLOGAS E ARQUEOLOGOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As associadas e os associados da SAB devem respeitar as pluralidades teórico-metodológicas, aceitando assim as diferenças de caráter científico com os demais colegas.</li> <li>2. As associadas e os associados da SAB devem respeitar os princípios legais de comportamento que dizem respeito à propriedade intelectual.</li> <li>3. As associadas e os associados da SAB devem tratar com decoro todos os seus colegas arqueólogas e arqueólogos, sejam ou não membros desta associação.</li> <li>4. As associadas e os associados da SAB podem criticar e dissentir com as políticas e decisões implementadas pelas autoridades desta associação científica, porém de forma nenhuma serão admitidas agressões ou difamações.</li> <li>5. As associadas e os associados da SAB devem facilitar o acesso às coleções e respectivas documentações sob guarda de instituições, ressalvados os interesses da própria pesquisa em andamento.</li> </ol>
<b>2. PESSOAS E COLETIVOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As associadas e os associados da SAB devem considerar o impacto político, econômico, social, cultural e ambiental do conhecimento e das pesquisas arqueológicas nas áreas de estudo.</li> <li>2. As associadas e os associados da SAB devem respeitar as normas culturais, políticas e sociais, bem como a dignidade dos coletivos das áreas onde as pesquisas são desenvolvidas, em todas as etapas do trabalho arqueológico.</li> <li>3. As associadas e os associados da SAB devem levar em consideração os interesses de outros arqueólogos e arqueólogas, de outros públicos e de todos aqueles que se sintam ligados, afetados ou tenham qualquer espécie de interesse na cultura material.</li> <li>4. As associadas e os associados da SAB devem tornar públicos, em linguagem acessível, os resultados de suas pesquisas e permitir o acesso amplo aos demais produtos e acervos gerados pelos estudos.</li> <li>5. As associadas e os associados da SAB devem atuar dentro do âmbito do debate plural, respeitando o direito ao conhecimento tradicional.</li> </ol>

6. As associadas e os associados da SAB não podem praticar ou ser coniventes com assédio sexual, moral ou qualquer discriminação, seja de gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial, social, cultural, religiosa ou econômica durante o exercício de sua profissão.
7. As associadas e os associados da SAB devem ser contrários a assinar contratos de sigilo ou termos de confidencialidade sobre os resultados das pesquisas, já que todo e qualquer conhecimento arqueológico é, por definição, de domínio público e, sendo assim, não deve sofrer qualquer tipo de sanção ou impedimento à sua publicização junto aos coletivos.
8. As associadas e os associados da SAB devem cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho quando da realização de estudos que afetem povos originários e comunidades tradicionais.
9. As associadas e associados da SAB devem respeitar as demandas relativas a materiais e lugares considerados sagrados por qualquer coletivo envolvido ou afetado pela pesquisa arqueológica.

### 3. MATERIALIDADE

1. As associadas e os associados da SAB não devem promover a comercialização de materiais arqueológicos em quaisquer circunstâncias.
2. As associadas e os associados da SAB não devem emitir pareceres, laudos, periciais, avaliações, declarações ou registros de valoração que possam instrumentalizar ou favorecer qualquer tipo de prática comercial de materiais arqueológicos.
3. As associadas e os associados da SAB devem trabalhar pela salvaguarda das coleções e áreas de interesse arqueológico, assim como da documentação relativa a elas

Fonte: [https://www.sabnet.org/download/download?ID\\_DOWNLOAD=377](https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=377)

O quadro acima demonstra a evolução do Código de Ética de 1997 para o de 2015, dando ênfase ao eixo estruturante das pessoas e o coletivo enquanto principal direcionador das preocupações da responsabilidade profissional do arqueólogo. A elaboração dessa estrutura mais sistemática da relação entre o *arqueólogo-público* levou em consideração o rompimento da prática mecânica da assunção da publicização das informações arqueológicas como compromisso estritamente obrigatório e burocrático. A consideração da dimensão abstrata da multiplicidade da fruição pretérita, a sobreposição da subjetividade como interpretação alternativa do passado, a acessibilidade através da aproximação de uma escrita com a linguagem popular e a consideração e respeito pelas demandas relativos ao repertório cultural foram outros marcos da responsabilidade profissional para o atendimento da cumplicidade do arqueólogo com o interesse público.

Os aspectos teóricos enfatizam a responsabilidade colaborativa que as pesquisas arqueológicas propõem para a sociedade, compreendidas na participação dos grupos sociais em projetos preventivos. Por outro lado, o desenvolvimento dos esforços legislativos que envolvem os bens patrimoniais em instância federal, estadual e municipal, intensificou os projetos

públicos em torno dos vestígios materiais e incluiu as questões éticas nas práticas arqueológicas realizadas no Brasil, a fim de integrar o público na disseminação do conhecimento cultural. (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

O Seminário Para Implantação da Temática da Pré-história Brasileira, ocorrida em 1994, abriu espaço para os debates sobre a publicização das informações das pesquisas antes restritos ao meio acadêmico (FERNANDES, 2007). O debate gestou a visão crítica sobre as necessidades do aprofundamento da Arqueologia nas questões públicas e do papel do profissional em gerar e coletivizar o conhecimento e a existência de diversos públicos que podem ser beneficiados pelas informações arqueológicas. No Brasil, é nesse momento que há uma ampliação significativa da nova práxis da Arqueologia e sua interdisciplinaridade para atender o programa curricular das instituições educacionais.

Ao passo da ampliação do conceito e práticas da Arqueologia Pública, em termos históricos o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, já manifestava interesse na preservação do patrimônio, utilizando como estratégia ações educativas. Entre 1937 e 1967, as ações para a Educação Patrimonial estavam restritas para a ótica dos museus, exposições e círculos de divulgação sob a responsabilidade do SPHAN (ENÉAS; NORONHA, 2018).

Após a realização do 1º Seminário Sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumento em 1983, a Educação Patrimonial passou a ter aplicabilidade mais sistemática, especialmente no Brasil, concebendo-se como um instrumento educacional de maneira permanente e metodizada. Como Enéas e Noronha (2018) apontam, apesar das discussões inerentes ao patrimônio cultural e a educação estarem ativos desde o começo do século XX, somente em 1980 é cunhado o termo Educação Patrimonial, inspirado em um trabalho inglês denominado de *Heritage Education*.

Em virtude dessas remodelações, a Arqueologia passou a abarcar questões públicas e sociais em suas discussões, cujas reflexões enquadraram a atuação do arqueólogo na publicização do conhecimento arqueológico para a sociedade. Em território brasileiro, a Arqueologia Pública se desenvolveu após o processo de redemocratização em 1985 e pelos esforços legislativos envolvendo a gestão e preservação patrimonial. Logo, o advento da Constituição Federal de 1988 conferiu atenção à diversidade cultural, acarretando a emergência da responsabilidade ética da interação social nas pesquisas arqueológicas.

A externalização recente do conhecimento arqueológico para a sociedade confere a multivocalidade na produção de locuções relacionadas aos significados particulares do patrimônio cultural. As dinâmicas da construção da ligação entre o presente e o passado e os

vínculos com a herança cultural vão sendo instrumentalizados à medida que as práticas de interações extensas e os diálogos horizontais entre o *arqueólogo-público* vão se aprofundando.

A manipulação de bens coletivos nacionais, constitucionalmente assegurados pela União, implica na flexibilidade que a informação arqueológica necessita ter em relação ao público. A articulação ética dos resultados produzidos pelas pesquisas arqueológicas com o público leigo estrutura o desenvolvimento cultural regional. Ou seja, a mediação das informações arqueológicas através da devolução à coletividade constitui o direito popular à história e à memória, além do conhecimento da pluralidade dos entraves sociopolíticos engrandados no interior e exterior dos grupos sociais (MIGLIACIO, 2002).

Um dos recentes trabalhos conceituais no campo da Arqueologia Pública refere-se aos direitos indígenas. A consequência da reconstrução das identidades homogêneas na América Latina fortaleceu o discurso de opressão das elites aristocráticas em excluir da historiografia nacional os indígenas. Os arqueólogos latino-americanos, no século XIX e em grande parte do século XX, alocavam o discurso da materialidade inerente às camadas dominantes. Por conseguinte, havia um confronto com a ética na práxis arqueológica e os direitos humanos dos indígenas eram fortemente suprimidos.

A defesa destes direitos dos indígenas na década de 1980 marcou grande avanço nas discussões das questões públicas envolvendo a Arqueologia e o patrimônio cultural. Entretanto, quando o Congresso Mundial de Arqueologia passou seu Código de Ética relacionado aos direitos indígenas, houve agitação nos círculos acadêmicos, pois era um desafio novo trabalhar com grupos étnicos até então negligenciados pelos estudos que configuravam o processo histórico nacional (FUNARI, 2002).

Desde então, os países pré-colombianos e o Brasil têm ampliado o escopo de discussões envolvendo os indígenas como parte integrante das sociedades latino-americanas e das identidades nativas. Conforme Funari (2002), os estudos nesses países incluem a ótica destes povos a respeito do mundo, a sua cultura material e o seu engajamento social nos diálogos participativos em meio à pesquisa arqueológica. Afinal, integrar os atores construtores da identidade histórica, cultural e nacional significa valorizar o resgate da memória social em suas várias interfaces.

Através dos engajamentos profícuos nos diálogos comunitários e da contribuição de arqueólogos latino-americanos na estruturação do arcabouço conceitual, a Arqueologia Pública no Brasil, desde finais do século XX, desenvolve-se no fortalecimento das identidades e memórias do público leigo através da sensibilização da preservação e conservação do repertório cultural (FUNARI, 2002).

As ressignificações e as reapropriações do patrimônio, no universo das representações sociais, enquadradas no contexto pluricultural, como no caso brasileiro, necessitam estimular diálogos simétricos entre as demandas populares e a atuação dos mecanismos da Arqueologia Pública para que se promova a valorização e a identidade local (SOUSA, 2017).

Em condição da construção de narrativas emancipadoras intrínsecas as interações sociais, partindo dos pressupostos de Souza e Silva (2017), a consideração do arqueólogo pelas experiências e a compreensão de mundo dos indivíduos operam como componente dirigente nas questões de gestão, seus modos de vivências particulares, seus saberes, seus fazeres e as reivindicações populares acerca do espaço histórico onde se configura a memória coletiva.

A interface educativa da Arqueologia Pública necessita aprofundar a consciência coletiva do patrimônio cultural do dia-a-dia das pessoas, buscando a aproximação destas com sua materialidade. A práxis social permanente aproxima os indivíduos do discurso de preservação e conservação do seu repertório cultural, como Tauhyl salienta: “Isso vai muito além da mera divulgação das descobertas arqueológicas e do *modus operandi* de seus profissionais. A forma como se constrói o conhecimento tendo como base a observação da realidade pode se tornar uma postura habitual de indagação sobre o mundo” (2013, p. 37).

Por fim, o levantamento histórico da Arqueologia Pública em território estadunidense e brasileiro permite a compreensão de como os mecanismos públicos foram sendo inseridos na agenda da Arqueologia acadêmica. Ademais, as questões emergentes que contribuíram para o seu desenvolvimento ao longo do século XX diz respeito à dinâmica complexa de relações do público com seu patrimônio cultural, seu aspecto preservacionista e necessidade de incluir o público nas ações de pesquisa arqueológica. Diante disso, as contribuições do referencial teórico de autores latino-americanos nos avanços das discussões sobre a multivocalidade da Arqueologia Pública e as experiências recentes ampliam o escopo dos seus impactos sociais e das suas possibilidades educacionais.

### **3.3 O patrimônio cultural: uma discussão necessária**

Compreender os suportes da identidade histórica e cultural acura a investigação das realidades sobre como são tecidos os vínculos entre as comunidades e a fruição simbólica oriundo do seu repertório material. Em *O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil*, Bezerra (2002) analisa como é constituído a relação complexa do dispositivo de apropriação entre o público e o seu patrimônio.

Uma das abstrações no campo teórico reflexivo da Arqueologia referente ao *locus* cultural ancorado à memória afetivo-social é o conceito de espaço público do patrimônio. Esse é onde a memória se constrói e é construído a rede de significados e os componentes do mundo engendrados no referencial histórico das comunidades. Em contrapartida, a relação conturbada entre a população e o Estado brasileiro, em uma perspectiva de clientela, de tutela, faz com que o imaginário social assumira a condição de subserviência, estabelecendo a ótica do espaço público como exclusivamente delegado a União, desvinculado dos interesses das populações nos processos decisórios (BEZERRA, 2002).

Podemos levar em consideração que os laços entre o público e o patrimônio estão ligados à identidade. Para que haja a construção e assunção da identidade, o indivíduo necessita dar significação à realidade ao seu redor. Nesse sentido, o reconhecimento da importância do patrimônio arqueológico configura-se como dispositivo crítico dos significados da herança cultural intrínseco ao processo dinâmico de valorização e conservação da memória social, não de uma memória geral e uniforme, baseada na perspectiva de grupos dominantes, mas daquela na qual os objetos e sítios arqueológicos possam trazer outras perspectivas e registros de resistências. Este é um exercício necessário que contribuirá “para a mudança da representação social do patrimônio arqueológico (BEZERRA, 2002, p. 287-288).

Os debates sobre as diversas formas de fruição particulares do patrimônio reverberaram-se como um componente essencial na inserção do público nas pesquisas. Em *A Multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil*, Navarro e Neto (2017, p. 125) apoiam-se nas proposições de Merriman (2004) acerca do patrimônio cultural e destacam que a aproximação recente do patrimônio com o público foi fundamental “[...] ou seja, um patrimônio que buscou a aproximação social dos excluídos, dando-lhes uma voz que reverberou significados identitários e de preservação da memória”. Ainda, a proposta da *Public Archeology* é explorar a relação entre a arqueologia, o público e o patrimônio, sobretudo discorrendo o processo dialógico sobre a preservação do patrimônio e a comunicação do arqueólogo com o público, levando em consideração seus conhecimentos *a priori* e suas experiências (MERRIMAN, 2004). Para o autor, a compreensão do envolvimento da coletividade com o patrimônio reinterpreta a complexidade da diversidade de agentes interligados a dimensão de relações afetivas com a materialidade e as dimensões de manifestações de fruições pretéritas e significações contemporâneas.

Em *The Concept of ‘the Public’ and the Aims of Public Archaeology*, o autor Akira Matsuda enfatiza que, de apesar de o patrimônio arqueológico estar relacionado às regulamentações burocráticas do Estado, o conceito deve ser transposto para o sentido público,

de modo que a arqueologia pública não fique sob o domínio público no sentido estrito, mas, ao contrário, que esteja aberta ao público em geral (MATSUDA, 2004, p. 69). Como destacado por Maria Clara Migliacio (2002, p 64), “a importância do patrimônio cultural estaria, assim, não na monumentalidade ou na excepcionalidade dos bens culturais, mas na revelação do conhecimento do seu significado”. A partir desta perspectiva, o intento é que a Arqueologia Pública flexibilize as fronteiras da gestão do patrimônio reservadas estritamente ao aparato estatal, e esteja aberta à construção de discussões plurais no sentido amplo da participação pública, à socialização integral do conhecimento arqueológico e à sensibilização da responsabilidade social dos grupos sociais em preservarem e conservarem o patrimônio cultural.

A consequência da construção da memória brasileira voltado para o enquadramento histórico dos portugueses está diretamente relacionado com a ideia de nação surgida no Brasil no século XIX. O reflexo da identidade brasileira foi a dos grupos dominantes que estavam estabelecidos no território nacional cujo repertório material foi o produtor simbólico do sentimento de unidade fabricado durante a colonização. Nessa perspectiva, a herança colonialista presente no mito fundador da nação forjou entraves na construção de vínculos das massas populares com seu repertório material, visto que não se enxerga parte integrante da sua cultura (BEZERRA, 2002).

Conforme os grupos sociais marginalizados foram sendo suprimidos na historiografia europeia, os elementos biográficos das comunidades foram sendo apropriados nos discursos das camadas dominantes. A figura da imagem popular coadjuvante aos processos da construção dos elementos nacionais se configura no instante originário do país, isto é, a chegada dos europeus no nosso território. Esses fatores são explicáveis nas interferências comunicativas com o patrimônio arqueológico, as quais há o sentimento de uma matéria distante da sua realidade social que pouco imprime a imagem da memória do grupo social em que está inserido.

Consubstanciando-se as complexas relações entre o público e o patrimônio, temos ainda as relações entre a comunidade acadêmica e o público. A colonização epistemológica, produtora dos discursos sobre o passado, pouco consideram a multiplicidade de narradores que pormenoriza a realidade a partir das suas memórias. Essa homogeneização na escrita acadêmica é indiferente à concretude das experiências encontradas na memória dos narradores que encontram no patrimônio as subjetividades da sua instalação étnica e cultural.

Cabe a ressalva que da colonização epistemológica surge outro tipo de colonização, aquela ligada ao patrimônio em que os processos de identificação das pessoas e dos grupos sociais acontecem de maneira autoritária, assumindo significados divergentes do seu local de

origem. Esse tipo de apropriação do patrimônio cultural dos grupos subalternos se dá por meio de idiosincrasias que, por sua vez, está ligada diretamente com a institucionalização do patrimônio como “bem de todos”, sem se importar com as particularidades dos bens culturais locais e da diversidade cultural do público. (BORGES, 2017).

Os estudos de Borges (2017) contando com a participação de Sezinho Tremembé e Getúlio Tremembé, apontam a situação de “antropofagia” cultural dos indígenas Tremembé de Almofala ao lidarem tanto com as invasões de grandes empreendimentos privados em suas terras consideradas espaços sagrados, quanto da comunidade científica em lidarem, de maneira dicotômica, com as questões relativas à proteção ambiental de suas terras e do patrimônio imaterial imanente aos sítios arqueológicos. Essa “antropofagia” cultural é o caso particular da apropriação do patrimônio arqueológico dos Tremembés através do consumo da cultura imposta pelo modelo capitalista em detrimento da sobrevivência da sua cultura indígena, transmutando os símbolos que são digeridos para a permanência das próprias tradições.

Os espaços dos sítios arqueológicos onde há o marco da terra como afirmação do passado histórico para os grupos Tremembés, ao mesmo tempo há a tradução dessa mesma terra seguindo o modelo cartesiano do campo acadêmico interessado com a institucionalização do patrimônio. Em contrapartida, para esses grupos indígenas, o conteúdo abstrato contido nesses espaços sagrados são quase indescritíveis em sua forma particular de apropriação sinestésica, da imbricação empírica até a vivência, que dão a patrimonialização tradicionalmente interpretada como o sentido da “história viva” e a incumbência de propagar esses vestígios apropriados como “fontes históricas da memória”, visto que são materializações da memória do cotidiano das lideranças, dos ancestrais, dos gestos e das relações presentes que estão articuladas com o passado (BORGES, 2017).

### **3.4 A legislação para a gestão do patrimônio cultural**

Os aportes legais para o patrimônio arqueológico têm sido discutidos desde o começo do século XX, quando as ameaças de destruição do patrimônio cultural e a emergente preocupação política envolvendo a questão dos bens culturais começaram a causar mobilizações na comunidade arqueológica. A aprovação da Lei 3924/61 pelo Congresso, em 1961, assegurou as primeiras perspectivas da proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e da assunção dos bens culturais pela União (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Em 1986, a publicação da Resolução CONAMA 001/86 assentou bases para a avaliação e diretrizes gerais para a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental e Estudos de



Impacto Ambiental. Desde então, desenvolvem-se pesquisas em locais antes não realizadas por museus e universidades, bem como a ampliação das ações dos profissionais “em termos da aplicação de medidas mais efetivas de proteção, prevenção, mitigação ou compensação de danos aos bens arqueológicos” (FERNANDES, 2007, p. 55). O aspecto econômico e a emergência de elaboração de novos rumos para a práxis arqueológica mobilizaram a Sociedade de Arqueologia Brasileira a discutir um Código de Ética aprovada em 1997, no Rio de Janeiro (FERNANDES, 2007).

A restauração do regime civil a partir de 1985 alavancou a atividade jurídica estatal em assembleias e câmaras municipais para a defesa do patrimônio cultural (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Anos mais tarde, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a responsabilidade do Estado e da comunidade na proteção e conservação dos bens culturais e da memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade, como indicado no Artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira

(...);

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Em âmbito internacional, foi promulgada em 1990 a orientação internacional da Carta de Lausanne, garantindo a proteção e o gerenciamento do patrimônio arqueológico para a escala pública. A recomendação propôs a externalização do conhecimento científico para o público leigo. Logo, o patrimônio arqueológico, antes arraigado nos círculos acadêmicos e científicos, assume a responsabilidade social da integração popular por meio da prática de proteção e conservação coletiva do patrimônio cultural (MIGLIACIO, 2002).

Foi nesse contexto de democratização e reconhecimento da necessidade de gestão pública do patrimônio que as autoras Horta, Grunberg e Monteiro contribuíram para a definição da face emancipada do patrimônio cultural, da produção autônoma do substrato popular, desacoplado do culto à elite aristocrática. Segundo elas, “existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, caçar, plantar, cultivar, de utilizar plantas como alimentos”, ou seja, o patrimônio “revela os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade” (1999, p. 5).

A capacidade transformadora e sensorial do patrimônio arqueológico resulta em um instrumento da emancipação e da transformação social, uma vez que confere ao patrimônio “o

sentido de lugar e de pertencimento; inspirando orgulho étnico e cidadania” (LIMA, 2007, p. 6, apud SILVA, 2020). A fragilização dos vínculos de identidade desprende o sujeito da memória coletiva. A noção de não pertencimento do público com seu patrimônio carece do acesso às informações arqueológicas, visto que os grupos subalternos, estigmatizados na elaboração do conhecimento pelo aparato intelectual, se sentem excluídas da responsabilidade de valorizar a sua memória. Por isso a importância de uma ação educativa que favoreça a apropriação do patrimônio cultural pela comunidade segundo uma perspectiva autônoma, que destaque o seu papel de agente histórico ativo nas transformações geradas no interior dos grupos sociais em que esta comunidade está inserida. A diligência do público popular nos aspectos de gestão, preservação e conservação do patrimônio cultural diz respeito à construção da pluralidade de diálogos enraizados nas comunidades.

Os avanços das discussões sobre a preservação do patrimônio cultural na América Latina mobilizaram o panorama democrático de inclusão dos diferentes segmentos étnicos na valorização da memória social. A incorporação de valores socioculturais e a investigação das realidades heterogêneas no processo de restauração do patrimônio demandam necessidades particulares de intervenção. Cabe à Arqueologia Pública apreender os anseios da comunidade em sua práxis integrada ao tombamento do patrimônio ligados e reconhecidos nos marcos identitários singulares dos diferentes segmentos étnicos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

As experiências recentes nas práticas da Arqueologia Pública representam os engajamentos e a aproximação que os arqueólogos brasileiros estão tendo com os diferentes segmentos sociais. Para compreender a importância dos estudos da Arqueologia Pública e de seus impactos sociais, é necessário elucidar os enfoques práticos que estão presentes nas ações educacionais que os profissionais exercem no processo dialógico com as comunidades e na articulação das informações arqueológicas para a dimensão pública. O assunto a seguir compreende os avanços da Arqueologia Pública nas suas práticas sociais e evidencia a dinamicidade da construção do arcabouço teórico pelos resultados dos projetos recentes.

### **3.5 As experiências da arqueologia pública no Brasil e suas interações sociais e educacionais**

Na América Latina, os primeiros movimentos da Arqueologia Pública são gestados nos anos de 1970 com a autointitulada “Arqueologia Social Latino-Americana”, crítica ao modo como os valores sociais e políticos dos povos indígenas eram considerados e com o propósito de reinterpretar suas histórias (FOURNIER, 1999 apud FUNARI, 2002, p. 92). A partir de 1980,

a atuação de arqueólogos engajados em ações comunitárias iniciou o processo de ruptura com os discursos tradicionais opressivos, em um trabalho permanente até os dias atuais.

No que tange às questões éticas em torno da prática arqueológica, a emergência da responsabilidade social da Arqueologia se deu pelo contradiscurso da homogeneidade e da expansão capitalista ao longo do século XX. Essas tendências emancipatórias atuam como elemento essencial da responsabilidade social na agenda da Arqueologia Pública, na qual a questão ética está relacionada “à inclusão do público na prática arqueológica e em seu discurso” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 18).

No Brasil, o processo de construção do campo conceitual da Arqueologia Pública nas últimas décadas tem operado de maneira significativa na reinterpretação multivocal sobre o passado, em uma articulação com o presente e aos desafios de sustentabilidade socioambiental diante dos paradigmas capitalistas. Nesse contexto, a participação das comunidades nas pesquisas arqueológicas e o engajamento de arqueólogos brasileiros nas intervenções comunitárias têm contribuído para resgatar a expressão da herança indígena brasileira, os símbolos da resistência africana, entre outros atores envolvidos na construção da identidade nacional.

O trabalho de Funari *et al.* (2008) evidencia algumas experiências das possibilidades educacionais da Arqueologia Pública ao lidar com diversos públicos leigos. A primeira experiência foi uma pesquisa arqueológica conduzida entre 1992 e 1993 no quilombo dos Palmares, do século XVII, que se manteve na região das terras costeiras do nordeste brasileiro. Durante as escavações no assentamento, a pesquisa arqueológica desenvolveu relações profundas com os ativistas do movimento negro e da comunidade local. A seguir, serão apresentadas algumas destas atuações.

Dentre os resultados da pesquisa estão a publicação de notícias relacionadas aos quilombos, o que serviu de matriz para a introdução referencial do quilombo como parte integrante das grades curriculares escolares, bem como o destaque dos sítios arqueológicos do Estado e da resistência escrava, elementos também introduzidos nos livros didáticos. Os esforços do trabalho de arqueólogos brasileiros e americanos na pesquisa arqueológica possibilitaram reações diversas, tanto no interior do movimento negro quanto na comunidade consumidora da imprensa e da mídia em geral. Outro resultado interessante foi a multivocalidade na elaboração de linhas interpretativas plurais. Se por um lado os ativistas do movimento negro preferiram compreender o quilombo como um modelo homogêneo, outros preferiram a ótica heterogênea dos quilombolas, caracterizada por suas interações com outros agentes da sociedade colonial.

Os dados do projeto educativo da Arqueologia Pública possibilitaram aos arqueólogos analisarem as diferentes possibilidades de públicos leigos alcançados. Também, considerarem a disparidade de modos de interpretar o passado até mesmo por ativistas sociais, mostrando que a pluralidade de representações assegura possibilidades alternativas no combate à discriminação presente e à dificuldade de controle da Arqueologia das publicações feitas pela mídia.

As crianças em idade escolar foram outro público leigo alcançado pelo projeto por meio da introdução das evidências arqueológicas do quilombo dos Palmares nos livros escolares. O referencial causou discussões críticas em desafiar as visões predominantes das grandes civilizações e estudos de sítios pré-históricos distantes das evidências arqueológicas nacionais, que representam um amplo leque simbólico relegado pela historiografia tradicional.

A Arqueologia e a política são inextricavelmente ligadas, assim como o rigor político também está imbricado nos currículos escolares. Considerando que a escola não é isenta da agenda do Estado, a mudança nas tendências políticas molda como as áreas do conhecimento vão se formando nos currículos escolares, impactando o modo de como os serviços de educação vão lidar com as questões do passado. As relações entre o passado e a agenda governamental pode influenciar como os jovens interpretam o tempo pretérito a serviço das idealizações de sociedades utópicas ou elitistas. Um dos exemplos de relatórios fora do território nacional que afirma essas relações problemáticas foi feita na ex-república soviética do Turcomenistão, que demonstraram o ensino de história mapeado para a ótica ditatorial, seguindo os interesses das agendas políticas (THOMAS, 2014).

A aplicação da arqueologia para o público leigo, as crianças em idade escolar, são oportunidades para propor a interdisciplinaridade e publicizar as informações arqueológicas em um período em que o pensamento crítico está se formando nas mentalidades e que através do conhecimento científico vão sendo apropriados os instrumentos culturais. A proposição do trabalho entre arqueólogos, professores e alunos podem ajudar a desconstruir visões equivocadas sobre o passado, a construir a identidade convergidos à história regional e dos povos originários locais e a interpretação do arqueólogo como profissional distante das transmissões da indústria cultural.

Há um aglomerado de processos importantes que são construídos quando há o engajamento do público jovem na participação das pesquisas e das práticas arqueológicas: o primeiro processo é espelhar a construção da identidade e da relação com o mundo às apropriações da cultura regional e a memória do seu grupo social; o segundo é desconstruir a visão de unanimidade da historiografia em destacar sítios arqueológicos das chamadas

“grandes civilizações” a partir de uma perspectiva homogênea de cultura; o terceiro é imbricar os conteúdos escolares, especialmente as reflexões críticas, para o trabalho profissional da arqueologia e da necessidade do resgate e conservação do patrimônio material e imaterial. A partir desses processos é possível mapear uma arqueologia engajada com o público escolar voltado à crítica das idiosincrasias, resgatando os valores do patrimônio não como simples monumentos ou edificações estáticas no tempo, mas sim como projeções atemporais que mantém viva a memória de um grupo social.

Em 1991, no Rio de Janeiro, o grupo de defesa dos direitos humanos “Tortura Nunca Mais”, a Associação Médica do Rio e a arqueóloga Nanci Viera Oliveira trabalharam em uma experiência singular de Arqueologia Pública. O objetivo do projeto foi escavar valas comuns para a identificação de pessoas desaparecidas durante o regime militar, de 1964 a 1985. O principal desafio do trabalho proposto para os profissionais envolvidos foi sensibilizar-se com os vínculos emocionais do público-alvo, parentes e conhecidos dos desaparecidos (FUNARI *et al.*, 2008).

Durante a realização do projeto, as famílias das vítimas propuseram outro local da perícia arqueológica, distante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde Oliveira é professora. A alegação do público tinha a ver com um profissional específico suspeito de assinar falsos atestados de óbitos. Os interesses das famílias das vítimas modificaram os rumos do trabalho arqueológico, além de instituir outro elemento no esclarecimento da identificação da vítima: a maneira pela qual o indivíduo foi morto.

Apesar de o resultado final do projeto não ter possibilitado a identificação das pessoas desaparecidas, a singularidade da experiência em se trabalhar com os aspectos emocionais das famílias das vítimas de um passado recente, avançou-se nas perspectivas do trabalho com a diversidade de público leigo. Assim, a Arqueologia Pública e seus impactos sociais alcançaram, até mesmo, o alto grau de componente cognitivo dos indivíduos, os sentimentos. Esses sentimentos, uma vez ressignificados pela nova percepção de mundo, possibilitou a transformação do *modus vivendi* e do *modus operandis* dos indivíduos dentro de seu contexto social.

A experiência de se trabalhar com a dimensão emocional engendrado em um cenário traumático para os familiares traz os recursos de escavação como símbolo de esperança. É evidente que apenas os registros documentais não são suficientes para suprimir as agitações da atividade neurológica advinda de processos melancólicos das famílias em questão, uma vez que a apreensão da consciência desses indivíduos que desapareceram é devido a recordação das características físicas e psicológicas percebido pelo império dos sentidos, mecanismos esses

impossíveis de serem reproduzidos com a mesma intensidade em documentações. Decerto, encontrar essas pessoas desaparecidas significaria devolver respostas ao público de um laço fraternal construído socialmente durante toda uma vida.

O desempenho do papel de resgatar recursos arqueológicos que trabalham com os vínculos emocionais dos agentes sociais vai muito além do aspecto educacional. Ao acessar a materialidade mais próxima do tempo vivido e envolvida com os componentes sentimentais, os impactos sociais são mais assertivos ao assegurar uma mudança de estado mental dessas pessoas. Essas sensações seriam despertadas ao ter o contato novamente com o corpo ausente dessas percepções, porém seriam ativadas ao intencionar um novo encontro entre esses indivíduos e os restos arqueológicos. Provavelmente nessas experiências de se trabalhar com o público-alvo envolvendo os vínculos emocionais de parentescos, há um impacto social mais bem assegurado do que uma arqueologia pública voltada para as questões de educação.

Outra abordagem experimental de sucesso foi feita com alunos da Escola de Formação Gerencial –EFG, do Sebrae do Maranhão. As visitas dos discentes do Ensino Médio no Laboratório de Arqueologia (LARQ), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), consistiram em potencializar a construção do conhecimento em sua dimensão pública e aproximar os alunos de seu patrimônio cultural. O objeto do estudo foi as estearias localizada na Baixada Maranhense, permitindo um olhar acurado sobre a investigação dos povos amazônicos (NAVARRO; NETO, 2017).

Durante a visita, desenvolveu-se discussões coletivas sobre patrimônio, preservação, manuseios de materiais coletado nas pesquisas acerca das estearias da Baixada Maranhense e as metodologias da Arqueologia para o trato dos objetos das pesquisas. Por fim, os alunos assistiram a uma palestra sobre as discussões acerca da metodologia realizada na investigação e os resultados obtidos a partir da proposta do estudo.

Em uma das etapas do projeto foi aplicado aos participantes questionários sobre as discussões realizadas e em relação às perspectivas da Arqueologia, impressões sobre os artefatos expostos e o patrimônio. A partir das respostas, foi constatado sensibilização em relação às pesquisas arqueológicas. A aproximação dos alunos com a materialidade das estearias operou de maneira crítica na percepção da identidade regional, nos aspectos de fruição pretérita, e no trabalho de reelaboração da história regional maranhense.

Em relação ao impacto social do processo dialógico comunitário, os alunos foram despertados para o interesse pela Arqueologia e para a sua importância na esfera pública. A noção de patrimônio e ampla dimensão de seus significados introduziram os alunos às questões sociais e de responsabilidade ética na preservação coletiva dos suportes de identidade.

Em virtude das constatações do projeto, pôde-se analisar que a experiência ampliou a publicização das informações arqueológicas no âmbito escolar; externalizou a Arqueologia como um instrumento de coesão social capaz de posicionar os indivíduos em processo de aprendizagem de sua identidade, e para a necessidade da atuação coletiva nas questões de preservação e conservação do patrimônio cultural.

O estreitamento das relações de identidade entre os sujeitos e a base material da sociedade de matriz latino-americana, especificamente a partir de uma perspectiva histórica local, possibilitou construir laços de pertencimento com a herança cultural de povos passados, atores construtivos da cultura regional.

A experiência de outro projeto com a articulação entre Arqueologia Pública e educação patrimonial foi desenvolvida nas ruínas quinhentistas do Engenho São Jorge dos Erasmos, localizado na cidade de Santos. O estudo de Campos e Ramos (2010) partiu de um projeto iniciado no primeiro semestre de 2001, no contexto do projeto arqueológico do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, realizado na Escola Estadual Gracinda Maria Ferreira, localizada ao lado das ruínas quinhentista, na Zona Noroeste de Santos.

A abordagem do projeto se baseou no contato da escola com o Engenho dos Erasmos, usado como catalisador educativo de interações sociais envolvendo um planejamento transdisciplinar. Foi adotada como metodologia a prática do manuseio e da exploração de objetos, situando os alunos e professores na fruição do passado substanciados pela cultura material apresentada. A participação do público nas intervenções propiciou a aprendizagem da materialidade das ruínas quinhentistas, integrando os indivíduos nas evidências acerca da identificação da presença de diversas etnias nos entornos do Engenho e os *modus vivendi* da cultura local.

Outra experiência apresentada por Campos e Ramos (2010) é o projeto educacional em prática desde 2004, com o patrocínio e interesse das prefeituras de Santos e São Vicente, e da Universidade de São Paulo. A ação educacional mobilizada no antigo engenho pelo Programa Educacional Vou Volto teve como finalidade o enfoque ambiental, histórico e o processo de aprendizagem crítico para a preservação do patrimônio cultural e a conscientização do papel coletivo do resguardo da memória a partir do reconhecimento dos suportes de identidade e da cidadania.

A metodologia do programa consistiu no contato com a escola interessada; no uso interdisciplinar da Arqueologia com outras áreas no planejamento pedagógico; a capacitação do professor acerca das informações arqueológicas e, por fim, a preparação do aluno como pesquisador ativo, estimulando problematizações sobre a cultura material.

A adequação das atividades para o cotidiano escolar resultou da prática permanente e sistemática operada pelos diálogos comunitários em paralelo com a Educação Patrimonial. A transposição do vestígio material das ruínas para a práxis pedagógica diz respeito à sensibilização dos indivíduos para a sua identidade local/regional. Em outras palavras, a inserção da Arqueologia Pública em uma agenda escolar possibilita a apropriação cultural dos vestígios materiais em uma práxis pedagógica interdisciplinar. A cultura material publicizada, dessa forma, passa da dimensão da monumentalidade estática e neutra para um dispositivo de apreensão da realidade concreta, imbuída de símbolos que se misturam no vernáculo popular.

Mais uma ação de sensibilização multivocal foi realizada pelos pesquisadores Enéas e Noronha (2018). As atividades ocorreram no município de Barroso-MG, na Escola Francisco Antônio Pires – FAPI, e em Prados-MG, na Escola Municipal Aquino Carlos, ambas com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, os diálogos foram aprofundados em Prados, visto que em Barroso houve apenas um dia de trabalho intensivo dos pesquisadores com o público-alvo.

O processo de intervenção na FAPI se deu por meio de palestra participativa e as problematizações instigadas pelos palestrantes. Os alunos tiveram acesso às informações desconhecidas a respeito do patrimônio cultural regional e uma noção do trabalho concreto do arqueólogo. O resultado dos diálogos com os alunos foi o despertar do interesse pela profissão e a noção da responsabilidade de gestão, preservação e conservação do patrimônio cultural regional, formador da memória dos grupos locais.

Já em Prados, o tempo e as ações educacionais foram mais consistentes. Os momentos foram divididos em palestra introdutória, realização de oficina de resgate arqueológico, palestra expositiva direcionada aos familiares de alunos e à comunidade de Pitangueiras, excursão ao sítio arqueológico Igrejinha e, por fim, palestra e oficina de pintura rupestre.

Os resultados das ações no âmbito da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública permitiram uma prática engajada entre os alunos, os familiares e moradores da comunidade local com os vestígios materiais originários de suas terras. Por meio delas, refletiram sobre a situação do patrimônio arqueológico no Brasil e no âmbito regional, a profissão e o “fazer” do arqueólogo e da Arqueologia e a práxis do arqueólogo no tratamento dos artefatos. Primou-se pela reflexão dos diferentes interlocutores a respeito da necessidade de preservação e conservação da cultura local, como afirma Enéas e Noronha (2018, p. 157):

A partir das palestras, oficinas e práticas de campo, o projeto de Educação Patrimonial nas escolas de Barroso e Prados/MG esclareceu e discutiu com alunos e professores os aspectos e valores culturais dentro da perspectiva do patrimônio arqueológico.



[...] Trabalhar com a diversidade do patrimônio arqueológico em sala de aula é um desafio compensador, pois os alunos buscam suas próprias origens e complementa no todo -teoria e prática -desenvolvendo a sua criatividade, reconstruindo os seus costumes, suas manias, a consciência preservacionista.

Esse contato com o sítio arqueológico Igrejinha, na comunidade de Pitangueiras, é o encontro direto dos indivíduos com o objeto real constituído como fonte primária de informação. A consciência preservacionista não foi o único fator alcançado com a experiência em questão, mas sim a capacidade de decodificação crítica de como se apreende os fenômenos culturais através dos nossos registros materiais. A simulação das escavações com os alunos reconstruiu a atividade real dos arqueólogos em seus processos laboriosos, desmistificando os estereótipos e orientando sobre seu trabalho enquanto profissional, como também coube a remontagem do vaso cerâmico resultante da atividade dos alunos como forma de reconstruir seus sentimentos de pertencimento com os objetos que fazem parte do registro histórico das suas origens.

Nas comunidades nativas da Amazônia, a arqueóloga Marcia Bezerra (2013) atuou na investigação das percepções sensoriais dessas comunidades no uso contemporâneo de bens pretéritos materializados no ambiente cotidiano. Ou seja, analisou como o domínio sensorial reflete sobre as diversas formas de apropriação do patrimônio a partir do escopo da fruição particular construtora de narrativas nativas horizontais.

A natureza tátil do domínio sensorial é ativada pela investigação pormenorizada da comunidade local com os objetos que fazem parte da paisagem cotidiana, carregada de uma vultosa teia de significados. A lógica empírica dessas comunidades é constituída pela naturalização dos objetos que compõem o ambiente. Um exemplo disso é a relação de proximidade desses povos com a agricultura, que por sua vez ajusta o reconhecimento tátil dos artefatos arqueológicos através das práticas de subsistências.

A abordagem da Arqueologia Sensorial desafia o status inquestionável do patrimônio no paradigma tradicionalista. Conforme destaca Bezerra, a “interdição da percepção tátil do outro, do “não-arqueólogo”, em relação aos objetos, restringe a experiência sensorial, uma vez que apenas a visão é autorizada” (2013, p. 115). Essa afirmação evidencia que apenas a prática do olhar no contexto das pesquisas arqueológicas mina um processo de reconhecimento identitário dos indivíduos envolvidos.

A fim de entender como se estabelece nossas percepções e nossos modelos sensoriais nas nossas relações com o mundo, Pellini (2010) utiliza de estudos da arqueologia sensorial para definir os condicionantes que levam os indivíduos através da experiência perceptiva a

darem significado ao meio em que vivem. A percepção da realidade dada pela interpretação das impressões sensoriais pelo indivíduo se dá na dinâmica da construção social, sendo que o entendimento sensorial das coisas não seria concebido apenas pelos estados neuronais, dado que o contexto cultural em que o indivíduo está inserido irá moldar a rede de sentidos que determinadas sociedades dão aos conceitos locais em que se dá a tradição e as práticas particulares.

Ainda, enquanto alguns grupos sociais manifestam um balanço sensorial mais diversificado como forma de interpretar os fenômenos naturais, outros grupos apresentam uma configuração própria de sentidos que sobrepõem a padronização da visão como único avaliador da impressão fiel da realidade. É o caso dos Dongon de Mali, uma sociedade que concebe as palavras além do atributo do som e estabelecem como segunda propriedade o aspecto do odor. Por conseguinte, para essa sociedade os sons e cheiros têm origem em comum, portanto, as palavras poderiam ser associadas ao cheiro dependendo do seu significado (PELLINI, 2010).

As comunidades do Amazonas analisados anteriormente possuem a formação do seu balanço sensorial enraizado nas práticas agrícolas em que a terra é o *locus* onde se estabelece os marcos relacionais da teia simbólica desses grupos. A percepção tátil dessas comunidades que foram construídas culturalmente sobre seu próprio território marca o processo exploratório de identificação das cerâmicas e dos objetos arqueológicos ao esfregar suas superfícies utilizando as mãos. Esse modo de operação para construção do conhecimento vai de encontro com a lógica dos condicionantes da experiência perceptiva. Para essas comunidades, a visão provavelmente seria apenas uma substância de impressão fotográfica, sem ativar sua imaginação sensorial e ter imbricações íntimas com a materialidade.

É interessante repensarmos como nossa gama de sentidos podem colaborar para repensarmos nossas relações com o patrimônio. As cores, a estética, as formas e as texturas constituídas na estrutura da matéria podem assumir outros significados se forem analisados a partir de outros domínios sensoriais. Uma forma de possibilitar o trabalho com esses outros modelos é primeiro estudar a fundo o processo histórico da comunidade em que se busca as experiências de percepção. A comunicação entre os grupos e suas paisagens cotidianas, ainda de como esses estabelecem suas relações com os fenômenos cosmológicos e espirituais, pode indicar situações para se trabalhar a memória e a emoção dentro da teia simbólica vivenciada pelos antepassados.

A práxis arqueológica que suprime os métodos de fruição passada particulares generaliza o discurso autoritário de preservação e conservação do patrimônio inerente à tecnologia estatal. Os interesses coletivos estão instalados em um mecanismo de

reconhecimento gerado no interior de seus grupos sociais. Esses interesses devem ser atingidos pelo arqueólogo emancipado do discurso burocrático, que busca apreciar a lógica particular da relação entre a comunidade e seu patrimônio cultural para depois mapear os interesses sobre sua gestão.

A multipolaridade de dilemas impressos pela expansão capitalista afeta a inclusão do público nas pesquisas arqueológicas e a prática ética da Arqueologia Pública. Apesar de o processo de ruptura do pensamento cartesiano da Arqueologia Pública ter se iniciado desde a década de 1970 na América Latina, o avanço exponencial de empreendimentos e a supervalorização do capital impõem desafios nas políticas públicas, na articulação das comunidades nas pesquisas arqueológicas, na destruição do patrimônio, na práxis ética do profissional e, infelizmente, na suplantação de discursos centralizadores.

Apesar da tradicional analogia entre arqueologia pública e educação patrimonial quando pensamos no âmbito das ações comunitárias, ambas possuem suas próprias fronteiras. A fim de compreendermos melhor como se articula e como se dá essas fronteiras, faz-se necessário investigarmos a inserção desses programas no Brasil, a metodologia criada, o contexto legislativo do patrimônio para a efetiva execução desses programas e seus desafios.

### **3.6 Educação patrimonial no Brasil e seus desafios**

Conforme discorremos e analisamos sobre o contexto histórico da arqueologia pública no Brasil, o patrimônio arqueológico e a relação com o público e, até aqui, as experiências da arqueologia pública, faz-se necessário dar espaço ao instrumento mais utilizado quando falamos da interface educativa intrínseco a prática dessa subárea. Em quase todas as experiências relacionados a educação arqueológica para o público foi possível perceber a presença da educação patrimonial como recurso indispensável nos processos educacionais do patrimônio para o público.

Em termos históricos, a primeira implantação no Brasil de programas voltados para a Educação Patrimonial foi em maio de 1987, feita pela Coordenação de Intercâmbio do Departamento de Promoção (Deprom). A metodologia abarcou o trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, denominado *Heritage Education*, em que no Brasil foi introduzido no 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial. A partir daí foram desenvolvidas as primeiras formulações da metodologia específica e pedagógica voltado para a educação em museus, monumentos e sítios históricos (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Os procedimentos para o desenvolvimento das ações da educação patrimonial foram organizados em etapas para a proposição do processo educativo. Antes da aplicação da

metodologia, deve-se primeiramente analisar o fenômeno cultural através de uma série de reflexões que irá guiar os objetivos da atividade educativa (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). No quadro a seguir demonstra a metodologia educativa proposto pelas autoras.

### Quadro 3 A aplicação da metodologia da Educação Patrimonial

Objetivos	Recursos/Atividades	Etapas
Identificação do objeto/função/significado; Desenvolvimento da percepção visual e simbólica;	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	Observação
Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional;	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	Registro
Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	Exploração
Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	Apropriação

Fonte: Adaptado de Horta, Grumberg e Monteiro (1999, p. 9)

O conjunto de métodos acima demonstra como faz-se necessário uma educação sistematizada a fim de proporcionar um olhar acurado para os indivíduos acerca do patrimônio. Essa sensibilização se estabelece pela relação recíproca entre pesquisadores, educadores e público-alvo da educação patrimonial, visando o cumprimento de um trato pedagógico crítico sobre o patrimônio, transpassando a obrigatoriedade da lei através da prática multilateral com o público (GOMES *et al.*, 2017).

No que tange a intersecção da arqueologia com a educação patrimonial e a legislação, a portaria IPHAN 230/2002 foi um efetivo instrumento da necessidade do implemento de programas de educação patrimonial no âmbito da regulamentação dos procedimentos da arqueologia de contrato no contexto do licenciamento ambiental (CARNEIRO, 2009). Além da comunicação das instituições entre as populações locais, pela primeira vez os arqueólogos se

viram obrigados a executarem projetos de educação envolvendo o patrimônio com uma metodologia sistematizada.

A dimensão da legislação envolvendo as diretrizes da educação patrimonial avançou nas últimas décadas com as recentes regulamentações de projetos integrados de educação patrimonial publicado pelo IPHAN. A imposição da Instrução Normativa 01 de 2015, que substitui a Portaria 230, demonstrou mais preocupações com a metodologia integrada ao público-alvo dos projetos e com a barragem de artifícios por meio de trâmites burocráticos criado pelos empreendimentos ou empresas. Entre as diretrizes propostas, os artigos 43 e 45 se destacam ao evidenciar os seguintes regulamentos:

Art. 43. Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

Art. 45. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial será desenvolvido na AID e deverá conter:

I - definição do público alvo;

II - objetivos;

III - justificativa;

IV - metodologia;

V - descrição da equipe multidisciplinar responsável;

VI - cronograma de execução, e VII - mecanismos de avaliação.

§ 1º O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento. § 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial.

Segundo o artigo 43, contemplar a concepção, metodologia e implementações entre o patrimônio arqueológico e os bens protegidos diz respeito a necessidade da integração da educação patrimonial como instrumento pedagógico obrigatório e necessário na comunicação entre arqueologia, público e seu repertório cultural. Estabelece-se, também, a partir do artigo 45 um público-alvo mais bem definido e assegurado na esfera educacional através de processos inclusivos com professores das unidades selecionadas, possibilitando a formação mesmo que de curta duração dos professores nos processos operacionais da equipe multidisciplinar na execução do projeto. No inciso 4º fica definido a supressão de ações burlistas relacionados aos artifícios utilizados pelos empreendimentos ou empresas para caracterizarem a execução dos projetos de educação patrimonial nos termos da obrigatoriedade da lei.

Além das imposições legais elencadas na Instrução Normativa 01 de 2015, a Portaria IPHAN N. 137 de 2016, no artigo 3, representa um marco legal nas diretrizes da educação patrimonial:

Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial:

- I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Os avanços propiciados pelo marco legal de 2016 propõem as práticas educativas relacionadas com a singularidade de realidades dos grupos sociais envolvidos com o projeto. Da mesma forma, a consideração de negociações e dissonâncias das políticas de preservação abarca os diferentes significados que a diversidade de público dá a suas referências culturais, deslocando a matriz de valorização centrada anteriormente no Estado pelas legalizações do tombamento ou registro, para as referências culturais alocadas na teia simbólica dos diferentes grupos sociais (SCIFONI, 2017).

Apesar das esferas legislativas terem avançados em algumas das problemáticas da educação patrimonial, os problemas retornam as concepções burocráticas do contexto dos empreendimentos na obrigação das exigências dos órgãos públicos. Nesse sentido, a articulação de uma educação crítica do patrimônio para as reivindicações populares é ainda incipiente. Esse efeito ocorre pelas empresas e por alguns profissionais se voltarem para a necessidade do cumprimento de uma agenda técnica e pouco educativa para a execução do projeto, sem se voltar criticamente para as exigências dos diferentes grupos sociais e a realidade em que estão inseridos (SILVA, 2020).

Diante de tal quadro, outro dilema surge sobre a constituição de um campo reflexivo da educação patrimonial. A ausência da constituição de um arcabouço teórico para um campo de debate dispersa as dissonâncias existentes sobre o tema. Não só as diversas nomenclaturas são encontradas como ação educativa em museus, ação museal, educação para o patrimônio, mas a existência de uma metodologia definida no *Guia Básico de Educação Patrimonial* mina as

possibilidades de compreensão da educação patrimonial enquanto um campo de atuação (SCIFONI, 2017).

Apesar de haver estudos e críticas sobre a atuação da educação patrimonial nas pesquisas arqueológicas, o arcabouço crítico é ainda incipiente a não direcionar reflexões especificamente para a educação patrimonial. Como demonstrado anteriormente, a prática educativa da arqueologia pública muitas vezes vem acompanhada com as metodologias da educação patrimonial. A questão é que a definição parece confusa ao não desmembrar os dois campos, dando a entender para o público leigo que as duas áreas constituem uma unidade, reforçando no imaginário social que a arqueologia pública é somente a prática educativa com o público no contexto do licenciamento ambiental.

Inquestionavelmente, um dilema presente desde o surgimento da educação patrimonial no Brasil foram as importações acríticas dos modelos internacionais de *Heritage Education* e da interpretação de documentos internacionais sobre a preservação do patrimônio arqueológico. Por certo, a padronização metodológica suprime as realidades sociais, desconsiderando seus conhecimentos *a priori* e o contexto socioeconômico em que vivem. Com efeito, as evidências da importância da arqueologia sensorial anteriormente delineadas, demonstram métodos alternativos de compreender as relações do público com seu patrimônio arqueológico partindo dos aparatos sensoriais construídos socialmente e singulares dentro de determinado grupo social. Desse modo, a ausência de uma investigação etnográfica se torna entraves na compreensão das relações do público com seu patrimônio arqueológico, especialmente as comunidades locais pouca incluída nas agendas do Estado (SILVA, 2020).

Em linhas gerais, a educação patrimonial promove a preservação de uma cultura e valorização da identidade a partir de um trabalho pedagógico crítico e horizontal considerando o enquadramento do público nos condicionantes políticos, econômicos e sociais. Diante dos dilemas apresentados, cabe a educação patrimonial estar incluída nas propostas da arqueologia pública no contexto educacional, servindo de importante ferramenta mediadora através de pontes comunicativas entre *arqueólogo-público*.

Apesar de numerosos desafios estarem presentes na educação patrimonial, as esferas legais estão cada vez mais progredindo nas suas propostas de inclusão e na articulação de uma ótica do patrimônio voltado para a singularidade dos grupos sociais. Em contrapartida, a expansão dos empreendimentos colocou como emergente a ética de uma educação específica para o patrimônio, porém outros desafios se não ainda maiores surgiram com essas questões as quais nos debruçamos: “e a arqueologia pública, quais são os desafios destrinchados pelo capitalismo?” Pretendemos respondê-las no próximo tópico.

### 3.7 Os desafios da arqueologia pública no paradigma capitalista

Os desafios nas práticas da Arqueologia Pública, no Brasil, ainda são vultosos. As políticas exteriores à Arqueologia confluem na desintegração do público nos assuntos culturais. Um dos motivos são os interesses políticos homogêneos e pouco articulados para a especificidade dos diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, os diálogos incipientes sobre a valorização das representações simbólicas, confrontadas pelo crescimento dos empreendimentos capitalistas, tornam-se entraves no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para cada região/comunidade.

É evidente que a expansão capitalista acompanha os avanços do campo da pesquisa e dos diálogos na agenda da Arqueologia Pública, realizada no Brasil através da interligação das pesquisas preventivas e do crescimento exponencial dos empreendimentos econômicos. O processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas tem contribuído para a promoção da Arqueologia Pública nas intervenções em sítios arqueológicos que antes eram desconhecidos, valorizando a herança cultural de comunidades descentralizadas dos interesses da historiografia tradicional do século XIX. Em decorrência desse processo, as pesquisas preventivas expandiram o fluxo de informações sobre os resultados obtidos nos estudos arqueológicos em municípios e regiões que antes não se tinha registro da existência de patrimônios culturais (SOUSA; SILVA, 2017).

No entanto, apesar dos empreendimentos propiciarem o avanço das discussões públicas da Arqueologia Pública e na valorização de vestígios materiais dos diferentes segmentos sociais, as transformações econômicas emergentes em decorrência da sociedade globalizada geram um mecanismo de destruição do patrimônio e da fragilização da relação afetiva com a herança cultural. A acelerada instalação de grandes obras impacta na proporcionalidade de ações educativas e sociais destinadas a substanciar os vínculos de identidade e da valorização coletiva em preservar o patrimônio.

O trabalho de Souza e Silva (2017) em solo Piauiense demonstra que os diálogos ainda são incipientes comparados à quantidade de projetos preventivos em empreendimentos econômicos. Os dados sobre a inserção dos conteúdos de arqueologia pública e/ou educação patrimonial em projetos arqueológicos no estado do Piauí, analisados entre 2008 e 2014, mostraram os desafios da configuração emergente das ações e práticas educativas imbricadas com a aceleração dos empreendimentos capitalistas. Através desses projetos, evidenciaram-se poucas ações envolvendo a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial em projetos de contrato.



A contratação de serviços de arqueologia no âmbito dos empreendimentos está intimamente relacionada aos impactos ambientais e à necessidade de mitigação de danos a sítios arqueológicos onde há intenção de investimento empresarial. Esse tipo de arqueologia tem sido chamado de “arqueologia por contrato” ou “arqueologia de salvamento”, decorrente da proposição de medidas mitigadoras e da previsão de impactos ao patrimônio cultural. A elaboração de diagnóstico e a definição de medidas mitigadoras são asseguradas pelo Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), devendo-se proceder um estudo em relação aos aspectos do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico (MIGLIACIO, 2002).

Em outros casos, o sistema capitalista descortina problemas multifacetados perante a preservação do patrimônio cultural. Um deles é o ritmo acelerado de comercialização de peças arqueológicas condicionado pela estética, a preservação do status de poder por parte dos colecionadores e acumuladores de bens culturais e, principalmente, a atribuição de valor capital para o patrimônio. Conforme Lima (2007), uma vez perdidas as informações sobre a origem da peça arqueológica, suas referências desacopladas do contexto da sua produção minam as possibilidades de estudos etnográficos.

A perda do registro arqueológico é um dos vários dilemas complexos para a interface educativa da Arqueologia Pública. Outro aspecto diz respeito aos avanços da degradação ambiental no enquadramento dos fatores naturais e antrópicos. A devastação ambiental como subproduto dos empreendimentos impacta diretamente no patrimônio. O problema é que nem sempre as políticas preservacionistas ambientais e culturais caminham paralelamente em meio à velocidade dos mecanismos econômicos e a escala vertiginosa de empreendimentos impacta as questões éticas da práxis arqueológica (LIMA, 2007).

As condições de emprego e o papel do arqueólogo no interior do sistema capitalista acentuam os entraves éticos. Os interesses capitalistas tomam forma nas empresas que patrocinam os empreendimentos nas áreas onde se deve proceder um estudo arqueológico. Por outro lado, a desvalorização da Arqueologia desestabiliza o meio de subsistência dos profissionais da área, confluindo para possíveis adulterações de relatórios no campo das pesquisas preventivas (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Os discursos emancipatórios enfrentam restrições dos interesses capitalistas ao confrontar a estrutura histórica da aristocracia e das elites patriarcais. Para Funari e Robrahn-González (2008) ainda estão sendo gestados contrapesos em respostas às narrativas conservadoras pela interligação da arqueologia com movimentos sociais de resistência anticapitalistas, como os de indígenas e de descendente de escravos. Como consequência de

contrapesos ainda incipientes, as pesquisas preventivas apresentam um déficit de monitoramento de relatórios, sendo insuficientes para a contenção do monopólio capitalista.

Acompanhar a dinâmica do capitalismo, na perspectiva da Arqueologia Pública, significa dimensionar o conhecimento do repertório cultural para além de casos isolados e de experiências tênues nas quais as intervenções nem sempre cumprem sua função social. O processo social de sensibilização necessita da consistência da indagação do indivíduo sobre seu meio e suas abstrações singulares para transformá-las em inquietações coletivas e na defesa de seu repertório cultural. Esses elos com o patrimônio somente se concretizarão quando as informações arqueológicas se misturarem ao vernáculo popular.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da presente pesquisa procurei desenvolver reflexões e compreender a dinâmica da arqueologia pública como uma vertente que se desvencilhou dos enfoques tradicionais da disciplina, então caracterizada pela burocracia dos relatórios e na interpretação materialista do passado enraizado nos ideários positivistas. Aqueles que, de alguma forma, escreviam para o público, o faziam pelo entusiasmo de enxergar no público parte da sua responsabilidade como profissional.

A questão começou a mudar quando as preocupações se direcionaram para a progressão das ações antrópicas no impacto do patrimônio cultural e nos aspectos relativos ao enfoque teórico e filosófico que começaram a se constituir em meados da década de 1980. Dessas preocupações surgiram os interesses da comunidade arqueológica em articular as questões sociopolíticas imanentes à ciência e à gestão pública, educativa e ética como responsabilidade social da devolutiva da produção do conhecimento arqueológico como direito fundamental a todos os agentes sociais.

Para que a trajetória até aqui fosse concluída, o primeiro ponto abordado nessa pesquisa foi o contexto histórico da arqueologia pública nos Estados Unidos e como a consciência coletiva foi tomando corpo para o surgimento dos interesses e preocupações com a publicização das informações arqueológicas para o público e na preservação e conservação de um patrimônio que já se via ameaçado pelos avanços da sociedade industrial.

Em compasso de um movimento global que iria se construir depois de um certo período, no Brasil as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelas constantes implementações

legislativas de proteção dos sítios arqueológicos e da profissionalização dos arqueólogos brasileiros. Como procurei ressaltar, a década de 1970 implodiu a ótica acrítica dos povos indígenas em consequências das contraposições do enquadramento histórico desses grupos sociais pelos arqueólogos latino-americanos, os quais terão papel decisivo na contribuição da reformulação do arcabouço teórico/conceitual da disciplina ao trabalharem e exaltarem os valores dos grupos sociais subalternos. A evolução das temáticas públicas no ambiente brasileiro alcançou seu auge na década de 1990, quando os ares democráticos corroboraram para a ampliação legislativa do patrimônio cultural e das publicações de arqueólogos brasileiros em suas experiências com diferentes públicos demonstraram os impactos sociais e a interface educativa desta subárea.

No terceiro momento da pesquisa procurei estabelecer uma discussão bibliográfica para analisar e problematizar as relações do público com o patrimônio. Um dos objetivos dessa pesquisa foi compreender a complexa relação entre o público e seu patrimônio, tendo nessa articulação o fomento de dilemas de abordagens e métodos próprios da fruição do passado. Nessa perspectiva, não só pude perceber a multiplicidade de abordagens que o público dá ao patrimônio que lhe confere como marco singular de identidade, mas também a resposta do dilema encontrado do público brasileiro não se envolver ativamente com seu patrimônio relativo ao espaço público encruzilhado no domínio do Estado.

O panorama das experiências da arqueologia pública como prática com os diferentes públicos se relacionou diretamente com a proposta do tema: os impactos sociais e possibilidades educacionais. As demonstrações e análises a partir das experiências dos arqueólogos brasileiros contextualizaram como as ações da arqueologia pública pode causar impactos significativos no modo como um grupo social se enxerga no mundo e se conecta com sua herança cultural. Com efeito, a interface educativa deu ênfase a multivocalidade de interpretações e reivindicações dos diferentes públicos no seu contexto particular. Também, as intervenções discutidas reformularam uma consciência crítica a respeito do passado, resgataram os valores culturais, de cidadania e da memória dos diferentes agentes sociais atingidos pelas ações da arqueologia pública.

Debrucei-me mais além da educação patrimonial como instrumento intrínseco aos processos educativos quando se há a prática envolvendo o público com o patrimônio. Conforme há frequentemente a aparição dessa área inerente aos projetos arqueológicos, coube a necessidade de indagarmos como a metodologia, as leis relativas aos programas de educação patrimonial e a anuência legislativa do teor educativo do patrimônio para o público servem de

instrumento necessário, estratégico e útil para as ações da prática extensa da arqueologia pública.

No último tópico foi elucidado os dilemas enfrentados pela arqueologia pública no sistema econômico vigente. O comércio das peças arqueológicas mantém o *status quo* do indivíduo que se apropria da biografia de um grupo social, como também interfere na possibilidade de estudos etnográficos e na devolução desses artefatos para seu povo originário. Similarmente a esse desafio temos a faceta da acelerada expansão dos empreendimentos econômicos que nem sempre cumprem com a legislação envolvendo a necessidade de programas de educação patrimonial e na inclusão do público nas ações da arqueologia pública. Esse desafio corresponde em partes a esfera ética do trabalho profissional do arqueólogo que, diante da precarização das condições de emprego desses indivíduos, os interesses empresariais forçam adulterações nos relatórios das pesquisas preventivas.

Em suma, as reflexões dos caminhos que a arqueologia pública tomou, a complexa relação entre o público e o patrimônio cultural, as análises das experiências de arqueólogos latino-americanos com diferentes tipos de público e seus métodos singulares de fruição pretérita, o olhar mais acurado sobre a educação patrimonial como instrumento pedagógico no campo das pesquisas arqueológicas e os desafios que a arqueologia pública enfrenta no paradigma capitalista foram percorridos durante nossa trajetória. A união desses elementos se transforma em artifícios que os pesquisadores e arqueólogos podem utilizar para compreender a importância dessa subárea para a vida do público com quem está em contato. Nesse sentido, entender a singularidade de reivindicações do público com seu patrimônio, bem como um olhar mais humanizado para as diversas maneiras da fruição do passado mobiliza nossas ações para uma relação mais horizontal entre ciência e público. Para isso, é importante que todos nós direcionemos olhares mais humanizados sobre essa subárea para que finalmente possamos assegurar uma máxima: a arqueologia pública certamente produz impactos sociais e educativos porque transforma vidas de quem as atinge.

## REFERÊNCIAS

ALMANSA, J. S. New Paths for the future of public archaeology?. **CPAG**, v. 28, p. 197-209, 2018.

ATALAY, S. Multivocality and Indigenous Archaeologies. In: Habu J., Fawcett C., Matsunaga J.M. (Eds) **Evaluating Multiple Narratives**. Springer, New York, NY. 2008.

BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas/SP, v. 7, n. 1[7], p. 107–

122, 26 ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635674>. Acesso em 31 mar. 2021.

BEZERRA, M. - O Público e o Patrimônio Arqueológico no Brasil: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003.

CAMPOS, A. N.; RAMOS, S. R. P. Educação Patrimonial em sítio quinhentista: Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos, São Paulo. In: **XIV Encontro Regional da AnpuhRJ. Memória e Patrimônio**, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276739756\\_ARQUIVO\\_Educacao\\_Patrimonialemsitioquinhentistadoc.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276739756_ARQUIVO_Educacao_Patrimonialemsitioquinhentistadoc.pdf). Acesso em 26 mar. 2021.

CARNEIRO, C. G. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. 2009. 306 p. e anexos. Tese – **Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COLWELL, Chip. Collaborative Archaeologies and Descendant Communities. **Annu. Rev. Anthropol**, 45:113-127, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

ENÉAS, P. E. DE O.; NORONHA, I. DE O. Educação Patrimonial e Arqueologia Preventiva: uma experiência com a comunidade de Pitangueiras, Prados/MG. **Revista Arqueologia Pública**, v. 12, n. 2[21], p. 141–160, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8652477>. Acesso em 31 mar. 2021.

FERNANDES, T. C. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. Dissertação – **Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FUNARI, P. P. A. A arqueologia pública na América Latina e seu contexto mundial. **Fronteiras**, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11, p. 87-96, 2002. Dossiê: Arqueologia Pública. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13451>. Acesso em 16 mar. 2021.

Funari, P. P. A. Teoria e a Arqueologia Histórica: A América Latina e o Mundo. **Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 50–58, 2007.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M.. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História (São Paulo)**, Franca, Sp, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742008000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200002). Acesso em: 31 mar. 2021.

FUNARI, P. P. A.; OLIVEIRA, N. V.; TAMANINI, E. Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis Archaeologica** 3, [s.l.], p.131-138, 2008.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Col. Ciências Sociais Passo a Passo.

GOMES, Gustavo Manoel da Silva *et al.* Arqueologia e Educação Patrimonial: Diálogos Sobre Memórias e Representações dos Indígenas pelos Estudantes de INHAPI-AL a partir da

Intervenção Educacional Arqueológica. **Revista Humanidades e Inovação**, [s. l], v. 4, n. 3, p. 57-66, 2017.

HORA, Juliana Figueira da; PORTO, Vagner Carneiro. Patrimônio Cultural, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial: Multivocalidade e Interdisciplinaridade. **Veredas Revista Interdisciplinar de Humanidades**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 141-156, 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 mar. 2015, sec. 1, n. 58, p. 11.

JAMESON, J. H. Jr. Public archaeology in the United States. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, p. 21-54. 2004.

LIMA, Tânia. Apresentação - Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 33, p. 05-21, 2007.

MATSUDA, A. The Concept of 'the Public' and the Aims of Public Archaeology. **Papers from the Institute of Archaeology 15**, Londres, p.90-97. 2004.

MCGIMSEY III, Charles; DAVIS, Hester A. The Management of Archaeological Resources. **Society for American Archaeology**, p. 15, 1977.

MCGIMSEY III, Charles. THE FOUR FIELDS OF ARCHAEOLOGY. **American Antiquity**, v. 68, n. 4, p. 611-618, 2003.

MERRIMAN, Nick. Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. p. 01-17. Londres: Routledge, 2004.

MIGLIACIO, M. C. O caráter público do patrimônio arqueológico: algumas questões para reflexão. **Fronteiras**, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11, p. 59-78, 2002. Dossiê: Arqueologia Pública. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13448>. Acesso em 12 mar. 2021.

MOSHENSKA, Gabriel. Introduction: public archaeology as practice and scholarship where archaeology meets the world. IN: MOSHENKA, Gabriel. **Key Concepts in Public Archaeology**. Londres, UCL Press, p. 1-13, 2017.

NAVARRO, Alexandre G.; NETO, J.C.G. Arqueologia Pública e patrimônio nas estearias: diálogo entre ciência, a comunidade e a escola. IN: CAMPOS, J. B *et al.* (Org.) **A Multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil**. UNESCO, p. 123-146, 2017.

PELLINI, J.R. Mudando o coração, a mente e as calças. A Arqueologia Sensorial. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 20: 3-16, 2010.

Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 29 abr. 2016, sec. 1, n. 81, p. 06

SCIFONI, Simone. DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SILVA, L. V. Unidades de conservação e patrimônio arqueológico: considerações sobre o papel da educação patrimonial nos dias atuais. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 129-144, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8658927>. Acesso em 31 mar. 2021.

SOUZA, L. C. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, RS v. XV, n.30, p. 80-97, Jul-Dez., 2018.

SOUSA, L; SILVA, A. S. Arqueologia pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 67-86, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8646080>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TAUHYL, A. P. M. Alfabetização do olhar: aprender pelos objetos e suas representações. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), **Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013.

TAUHYL, A. P. M. Arqueologia Pública. In: **Arqueologia e Pré-História**. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/subareas-da-arqueologia/arqueologia-publica/>. Site. Acesso em 01 abr. 2021.

THOMAS, Suzie. Community Archaeology. IN: MOSHENSKA, Gabriel. **Key Concepts in Public Archaeology**. Londres, UCL Press, p. 14-30. 2017.